

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

SÍLVIO HIROSHI NAKAO

A adoção de IFRS e o legado da conformidade contábil-fiscal mandatória

RIBEIRÃO PRETO
2012

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins
Chefe do Departamento de Contabilidade

SÍLVIO HIROSHI NAKAO

A adoção de IFRS e o legado da conformidade contábil-fiscal mandatória: evidências do
Brasil

Tese apresentada para Concurso visando à
obtenção do título de Livre-Docente junto ao
Departamento de Contabilidade da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo –
FEA-RP/USP.

RIBEIRÃO PRETO

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Nakao, Sílvio Hiroshi

A adoção de IFRS e o legado da conformidade contábil-fiscal mandatária. Preto, 2012.

62 p.

Tese de Livre-Docência, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Contabilidade.

1. Adoção de IFRS. 2. Conformidade contábil-fiscal. 3. Informação Assimétrica. 4. Contabilidade Tributária.

**À Sandra, à Lumi e ao Kenzo,
aqueles que me fazem
sorrir todos os dias.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos que me ajudaram diretamente na elaboração deste trabalho. Ao Professor Sid Gray, pela oportunidade de fazer o pós-doutorado na Universidade de Sydney, pelas contribuições no desenho e condução da pesquisa e pela paciência em transmitir a sua vasta experiência. Ao Professor Christopher Nobes, pelos comentários nos *insights* iniciais do trabalho. Ao Professor Stewart Jones, pelo acesso à base de dados. Aos Professores Vinícius Aversari Martins e Eliseu Martins, pelo bate-papo valiosíssimo a respeito do comportamento das empresas brasileiras em relação à adoção de IFRS. Ao Professor Marcelo Botelho da Costa Moraes, pelo bate-papo a respeito dos resultados estatísticos que eu estava obtendo. Ao Departamento de Contabilidade e à Diretoria da FEA-RP/USP, nas pessoas da Professora Adriana Procópio de Araújo (à época) e Professor Sigismundo Bialoskorski Neto, pelo apoio irrestrito, incentivo e pela concessão do afastamento para a realização do pós-doutorado no exterior. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pela concessão da fundamental bolsa de estudos.

Devo agradecer também aos que indiretamente contribuíram de forma relevante para a realização deste trabalho. À minha esposa Sandra Nakao e minha filha Lumi, por me acompanharem incondicionalmente nessa insana jornada, sem pensar nas dificuldades todas que passaríamos (mas que se transformaram em uma *amazing experience...*). Aos meus pais Getulio e Olga Nakao, por todo o apoio que nos deram nesse período todo em função de estarmos longe do Brasil, que só pais poderiam dar, assim como aos meus irmãos Marcos e Andréa. À Professora Maísa de Souza Ribeiro, a grande culpada por eu ter começado com esse projeto de pós-doutorado e por ter dado o incentivo de prestar a Livre-Docência neste momento. Ao Professor Carlos Godoy, pelo fundamental apoio com as coisas da faculdade das quais eu não pude me desligar e pelo reconfortante bate-papo semanal.

RESUMO

NAKAO, S. H. A adoção de IFRS e o legado da conformidade contábil-fiscal mandatária. 2012. 62 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Apesar do intenso debate a respeito da eliminação das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável, a adoção de IFRS tem implicado na quebra da imposição da conformidade contábil-fiscal em alguns países. O Brasil adotou IFRS e também quebrou a conformidade contábil-fiscal em 2007. Este trabalho examina se a adoção de IFRS com prévia conformidade contábil-fiscal mandatária no Brasil afetou a qualidade da informação para fins de divulgação. Argumenta-se neste trabalho que empresas com baixa pressão do mercado de ações podem não exibir melhorias significativas em termos de qualidade das informações para divulgação nos períodos seguintes à adoção de IFRS em função de dependência de trajetória (*path dependence*) ligada à tributação. É predito neste trabalho que as empresas com baixa pressão do mercado acionário irão exibir altos níveis de similaridade contábil-fiscal e de medidas de qualidade de informação que são consistentes com as características da contabilidade tributária, mesmo após a adoção de IFRS. Foram desenvolvidas medidas de similaridade e não similaridade contábil-fiscal e testada a qualidade da informação com medidas que pudessem ser capazes de distinguir as características da contabilidade conforme IFRS e da contabilidade tributária. Os resultados indicam que as companhias brasileiras exibem altos níveis de similaridade contábil-fiscal após a quebra da conformidade contábil-fiscal e mesmo após a adoção de IFRS. O grupo de empresas com baixa pressão do mercado acionário não exibe significativa *value relevance* e conservadorismo condicional, assim como níveis similares de persistência e suavização dos resultados em relação aos mesmos do período pré-adoção, em oposição aos resultados do grupo com alta pressão do mercado de ações. Os resultados sugerem que o legado da conformidade contábil-fiscal mandatária dificulta a obtenção de mudanças significativas na qualidade da informação com a adoção de IFRS.

ABSTRACT

NAKAO, S. H. IFRS adoption and the legacy of mandatory book-tax conformity: evidence from Brazil. 62 p. Thesis (Associate Professor) – School of Economics, Business Administration and Accounting at Ribeirão Preto, University of São Paulo, São Paulo, 2012.

Despite the intense debate about eliminating differences between accounting earnings and taxable income, the adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) has ended imposed book-tax conformity in some countries. Brazil adopted IFRS and broke with mandatory book-tax conformity in 2007. We examined whether or not IFRS adoption, combined with previous mandatory book-tax conformity in Brazil, has affected information quality. We argue that significant improvements in the quality of financial-reporting information in the period following IFRS adoption might not occur in firms with lower stock-market pressure because of the path dependence on tax considerations. We predicted that companies with low stock-market pressure would exhibit high levels of book-tax similarity and information quality measures that are consistent with tax-accounting characteristics, even after IFRS adoption. We developed measures of book-tax similarity and non-similarity and tested information quality with measures that could distinguish IFRS and tax-accounting characteristics. We found that Brazilian companies exhibited high levels of book-tax similarity after mandatory book-tax conformity ended and even after IFRS adoption. In contrast to the group with higher stock-market pressure, value relevance and conditional conservatism were not significant in firms with lower stock-market pressure; earnings persistence and income smoothness levels were similar to those of the pre-adoption period. These results suggest that the legacy of mandatory book-tax conformity prevents significant changes in information quality after IFRS adoption.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo
- CCF – Conformidade Contábil Fiscal
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários
- DPT – Diferenças permanentes relacionadas às políticas tributárias
- DRet – Variável binária que é igual a 1 se $Ret < 0$
- FCI – Fluxo de caixa de investimentos
- FCO – Fluxo de caixa operacional
- IAS – *International Accounting Standards*
- Ibovespa – companhias que pertencem ao portfólio do índice Ibovespa da Bovespa
- IFRS – *International Financial Reporting Standards*
- IR – Imposto de Renda
- LC – Lucro Contábil
- LT – Lucro Tributável
- Não-Ibovespa - companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa
- NSCF – Não-similaridade contábil-fiscal
- Ret – Retorno do preço da ação
- Tam – Tamanho, medido pelo total do ativo
- USCF – Uniformidade da similaridade contábil-fiscal
- US-GAAP – princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
REVISÃO DA LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE.....	13
A associação entre a adoção de IFRS e a qualidade da informação	13
Qualidade da informação, Conformidade Contábil-Fiscal e Similaridade Contábil-Fiscal.....	15
Adoção de IFRS e dependência de trajetória às práticas contábil-fiscais.....	20
DESENHO DA PESQUISA.....	24
Visão geral.....	24
O Caso do Brasil.....	25
Desenvolvimento das Medidas de Similaridade Contábil-Fiscal	28
Validação das Medidas de Similaridade Contábil-Fiscal	31
Amostra e Dados	33
Testes de Similaridade Contábil-Fiscal no Brasil.....	34
Testes de Não-Similaridade Contábil-Fiscal	35
Testes de <i>Value Relevance</i>	36
Testes de Persistência de Resultados.....	37
Testes de Conservadorismo Condicional	38
Testes de Suavização de Resultados.....	39
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
Resultados dos Testes de Validação das Medidas de Similaridade Contábil-Fiscal	42
Resultados para Similaridade Contábil-Fiscal	43
Resultados para Não Similaridade Contábil-Fiscal	46
Resultados para <i>Value Relevance</i>	50
Resultados para Persistência de Resultados	52
Resultados para Conservadorismo Condicional	53
Resultados para Suavização de Resultados	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a influência da tributação sobre a divulgação financeira conforme IFRS (*International Financial Reporting Standards*) com prévia conformidade contábil-fiscal mandatória por meio do exame dos níveis de similaridade e não similaridade entre as medidas de lucro contábil e tributável e de qualidade da informação. A adoção de IFRS é normalmente associada ao aumento da qualidade da informação contábil divulgada (p.e. Barth, Landsman e Lang, 2008), enquanto que a literatura documenta perda de informatividade dos resultados quando o reporte financeiro é associado com regras tributárias (Hanlon, Laplante e Shevlin, 2005). O legado da tributação e as condições que o cercam nesse processo de mudança permanece ainda não clara. É examinado o caso do Brasil, que adotou IFRS completo em 2010 com prévia conformidade contábil-fiscal mandatória.

Um país que adota IFRS pode ter companhias operando sob diferentes incentivos econômicos e conseqüentemente reportar informações com diferentes interesses. Neste trabalho, argumenta-se que empresas com menor pressão do mercado acionário podem não apresentar melhorias significativas na qualidade da informação nos períodos seguintes à adoção de IFRS devido à dependência de trajetória (*path dependence*) em relação à tributação.

No sentido de verificar a influência da tributação sobre a informação contábil divulgada ao longo do processo de adoção de IFRS, foram conduzidos testes em duas diferentes perspectivas. Primeiro, foram examinados os níveis de similaridades e não similaridades entre o lucro contábil e o tributável. Segundo, foram selecionadas medidas de qualidade dos resultados que possam ser capazes de distinguir a contabilidade financeira da tributária em suas características: assim, são testados *value relevance*, persistência de resultados, conservadorismo condicional e suavização de resultados. Se a informação financeira divulgada está de fato destacada da contabilidade para fins tributários, ela deve se apresentar útil para a tomada de decisões, com significativo *value relevance* e persistência de resultados associada à suavização de resultados. Do mesmo modo, a informação tem caráter mais tempestivo e deve apresentar conservadorismo condicional aos eventos econômicos. Não se espera que essas características estejam presentes na informação contábil fortemente influenciada pelos aspectos tributários, já

que a contabilidade tributária não está voltada para a tomada de decisões. As empresas brasileiras foram separadas em duas subamostras com diferentes níveis de pressão do mercado acionário e seus dados foram testados em referência a dois momentos importantes: a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória (ao final de 2007) e a adoção completa de IFRS (em 2010).

Encontrou-se que as empresas brasileiras apresentam altos níveis de similaridade contábil-fiscal após a quebra da conformidade mandatória e mesmo após a adoção de IFRS, apesar de os níveis de não similaridade estarem aumentando em função da adoção de IFRS. O grupo de empresas com baixa pressão do mercado acionário não apresenta significativa *value relevance* e conservadorismo condicional do lucro contábil, assim como persistência e suavização dos resultados e similares aos níveis do período pré-adoção, em oposição aos resultados do grupo com maior pressão do mercado de ações.

O trabalho é estruturado como segue: no próximo capítulo é feita uma revisão da literatura e o desenvolvido da hipótese; no capítulo 3 são apresentadas as amostras, as medidas das variáveis e os testes empíricos; no capítulo 4 são apresentados os resultados e o capítulo 5 as considerações finais.

REVISÃO DA LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE

A associação entre a adoção de IFRS e a qualidade da informação

A adoção de IFRS por diferentes países é normalmente associada ao aumento da qualidade da informação contábil para fins de divulgação. Hung e Subramanyam (2007) verificam que a informação é mais *value relevant* e persistente sob as normas internacionais de contabilidade do que sob as normas contábeis locais alemãs. Barth, Landsman e Lang (2008) encontram evidência de que o uso de normas contábeis internacionais por empresas de 21 países é associado a menos gerenciamento de resultados, maior reconhecimento tempestivo de perdas, e maior *value relevance*. Liu, Yao, Hu e Liu (2011) verificam que a qualidade contábil aumentou na China com a redução do gerenciamento de resultados e o aumento de *value relevance* desde a convergência com IFRS, mesmo em mercados que ainda são disciplinados principalmente por reguladores ao invés de por mecanismos de mercado. Tan, Wang e Welker (2011) encontram em uma amostra de 24 países que a adoção mandatória de IFRS aumenta a acurácia das projeções dos analistas estrangeiros. A adoção de IFRS pode aumentar a qualidade da informação em diferentes medidas, principalmente em relação à capacidade de tomada de decisões dos investidores.

Entretanto, o aumento da qualidade da informação com a adoção de IFRS é contingente em outros fatores. Soderstrom e Sun (2007) argumentam que a qualidade contábil após a adoção de IFRS se apoia em três fatores: (1) a qualidade das normas; (2) os sistemas legal e político do país; e (3) os incentivos econômicos ligados à divulgação financeira, incluindo aqueles relacionados ao desenvolvimento do mercado financeiro, à estrutura de capital, à propriedade, e ao sistema tributário. Isso destaca uma noção relevante: a adoção de um conjunto de normas de alta qualidade não é o único fator que promove o aumento da qualidade da informação; esta irá continuar sendo diferente entre os países se as outras determinantes continuarem diferindo.

Os sistemas legal e político do país podem desfavorecer a qualidade informacional dirigida aos investidores. No *Common Law*, o direito de definir normas contábeis é derivado das demandas informacionais dos investidores, não das demandas do governo, enquanto que no *Code Law*, as normas contábeis são a princípio

influenciadas pelas prioridades governamentais; em consequência, a finalidade dos reguladores contábeis no *Common Law* é satisfazer as necessidades de informação dos investidores, enquanto que o papel da contabilidade no *Code Law* é dividir os resultados entre o governo na forma de tributos, acionistas na forma de dividendos, bancos na forma de juros e empregados na forma de salários (Soderstrom e Sun, 2007). Ball, Kothari e Robin (2000) mostram que o resultado contábil em *Common Law* exibe uma tempestividade significativamente maior do que o resultado contábil em *Code Law*, devido à maior sensibilidade às perdas contábeis. Guenter e Young (2000) encontram que os lucros contábeis no Reino Unido e nos Estados Unidos são mais estreitamente relacionados à atividade econômica subjacente do que na França e na Alemanha, por causa das diferenças dos sistemas legais e da demanda por informação contábil, das diferenças dos mecanismos de proteção legal, e da tributação.

A qualidade da informação pode ser reduzida em países com baixos incentivos econômicos ligados à divulgação financeira. Empresas com baixa demanda por informação dos participantes do mercado têm um baixo incentivo para reduzir a assimetria de informação. Francis, LaFond, Olsson e Schipper (2005) verificam que empresas com maior financiamento externo tem maior evidência voluntária e menor custo de capital. Landsman, Maydew e Thornock (2012) examinam se o conteúdo informacional dos anúncios de resultados aumenta em países após a adoção compulsória de IFRS. Eles verificam que existem três mecanismos por meio dos quais a adoção de IFRS aumenta o conteúdo informacional: redução do prazo de divulgação, aumento da cobertura de analistas e aumento de investimentos estrangeiros, o que sugere que o desenvolvimento econômico e a consequente pressão de investidores afetam a qualidade da informação. A informação privada é uma explicação para a baixa qualidade informacional em empresas com alta concentração acionária, além do incentivo de esconder a expropriação da riqueza dos acionistas minoritários por acionistas controladores (Ball e Shivakumar, 2005). Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) examinam se a adoção voluntária de IFRS é associada com menor gerenciamento de resultados na Alemanha. Eles verificam que as empresas que adotaram IFRS não apresentam diferente comportamento de gerenciamento de resultados comparado a companhias sob as normas alemãs. Esses resultados sugerem que normas de alta qualidade podem não ser suficientes em países com fraca proteção aos direitos do investidor e fraco sistema de governança corporativa. Zeghal, Chtourou e Sellami (2011)

examinam a independência e a efetividade do conselho administrativo, a existência de um comitê independente de auditoria e de um bloco de acionistas e a qualidade do auditor externo na França e encontram que esses fatores são importantes para a redução do gerenciamento de resultados no processo de adoção de IFRS.

A tributação é também um aspecto relevante que pode reduzir a qualidade da informação. Soderstrom e Sun (2007) apontam três principais razões: os resultados pouco provavelmente refletem o negócio subjacente em um país com uma ligação estreita entre o lucro contábil e o tributável; uma maior alíquota de imposto de renda deve aumentar o incentivo a reduzir o lucro tributável; e a autoridade fiscal do país tem o poder estatutário de verificar o lucro da empresa, que não tem os mesmos problemas de *free-riders* como os acionistas, porque não existem outros beneficiários da arrecadação além do governo.

Assim, esse conjunto de fatores faz com que cada país seja diferente dos demais em termos de aumento da qualidade da informação com a adoção de IFRS. Entretanto, os resultados de Gaio (2010) parecem interessantes: as características das empresas tem poder explanatório incremental sobre as características dos países (nível de desenvolvimento econômico, nível de desenvolvimento financeiro e qualidade das instituições legais), incluindo quando a autora examina o período de adoção voluntária de IFRS. Isso sugere que as características das empresas também podem ser consideradas como um fator que influencia a qualidade contábil. Cada país pode ter diferentes grupos de empresas com diferentes reações à adoção de IFRS em termos de melhoria na qualidade da informação.

Qualidade da informação, Conformidade Contábil-Fiscal e Similaridade Contábil-Fiscal

No sentido de prover melhor informação aos investidores, o lucro contábil deve diferir do lucro tributável. Shackelford, Slemrod e Sallee (2011, p. 463) argumentam que o lucro reportado nos relatórios financeiros pode diferir do lucro tributável por pelo menos três razões: (1) existem diferenças explícitas na intenção dos dois reportes. O objetivo das demonstrações financeiras é reduzir a assimetria de informação por meio de evidenciações confiáveis e relevantes. O objetivo do reporte tributário é reduzir assimetrias por meio de informação que reflita os objetivos econômicos e políticos da

arrecadação tributária; (2) a contabilidade financeira procura registrar os aspectos econômicos subjacentes de uma transação, enquanto que o sistema tributário é desenhado para induzir ou recompensar um comportamento particular; (3) existem incentivos para enganar ambos os destinatários da informação – investidores e governo. Hanlon e Heitzman (2010) também argumentam que uma potencial fonte de diferenças é o reporte “agressivo” para fins de divulgação ou de tributação, porque os gestores podem manipular os lucros contábeis para cima e reportar lucros tributáveis em valores menores, e registrar uma diferença contábil-fiscal nas demonstrações financeiras. Assim, o uso de escolhas contábeis apropriadas para fins tributários pode não ser apropriado para fins de divulgação financeira. Como indicado por Soderstrom e Sun (2007), uma ligação próxima entre lucros contábeis e tributáveis afetam a capacidade de os lucros refletirem os negócios subjacentes.

Entretanto, Hanlon, Laplante e Shevlin (2005) consideram que os vários escândalos contábeis recentes têm levado à sugestão de que o cálculo do lucro tributável deveria estar em conformidade, ou mais ligado, ao lucro contábil. Hanlon e Maydew (2009) apresentam o argumento dos proponentes da conformidade contábil-fiscal: uma vez que os gestores procuram maximizar o lucro contábil e minimizar o lucro tributável e são “não limitados” pelas regras do outro sistema, eles podem agir oportunisticamente. Exigir a conformidade contábil-fiscal iria forçar as empresas a escolher entre reportar altos lucros aos acionistas e reportar baixos lucros às autoridades fiscais, e isso iria resultar em uma melhor informação financeira e menos planejamento tributário. Custos reduzidos de conformidade e auditorias mais facilitadas também são citadas como potenciais benefícios da conformidade contábil-fiscal.

Atwood, Drake e Myers (2010, p. 115) definem conformidade contábil-fiscal como a flexibilidade que uma firma tem de reportar o lucro contábil de maneira diferente do lucro contábil antes do imposto de renda. Essa definição considera um dado valor de lucro contábil e a flexibilidade da empresa em calcular o lucro tributável a partir do lucro contábil. Entretanto, na literatura, a conformidade contábil-fiscal normalmente é considerada como a dependência do lucro contábil em relação à mensuração do lucro tributável, e não o contrário, porque as regras tributárias normalmente permitem baixa flexibilidade. Este trabalho define conformidade contábil-fiscal como a dependência do lucro contábil antes dos impostos em relação aos critérios de reconhecimento e mensuração para o cômputo do lucro tributável.

Em uma hipotética conformidade contábil-fiscal total, o lucro contábil estaria aderente a todas as regras contábeis para fins de tributação e assim seguiria os incentivos econômicos relacionados ao lucro tributável. Em situações reais, o lucro contábil pode seguir parcialmente as regras tributárias e incorporar as características relacionadas do lucro tributável com ou sem conformidade contábil-fiscal. Hanlon e Heitzman (2010) notam que, mesmo nos Estados Unidos, os dois sistemas são, em algum nível, alinhados atualmente.

Um país também pode adotar uma conformidade contábil-fiscal mandatória, em função de fatores econômicos e políticos. Com conformidade mandatória, a informação para fins de divulgação tem um duplo objetivo: ela provê a base para o cálculo do lucro tributável e provê informação a investidores e credores sobre o desempenho econômico da empresa, com regras definidas pela autoridade tributária. Isso induz os gestores a produzir relatórios financeiros conforme os incentivos tributários ou a escolher os incentivos dos mercados financeiros e pagar tributos mais altos. Entretanto, os gestores sabem que investidores e credores, que conhecem a legislação, obtêm informação de outras fontes para complementar o reporte financeiro com viés tributário. Assim, investidores e credores se adaptam ao ambiente com informação de baixa qualidade. A autoridade fiscal pode permitir certos ajustes ao lucro contábil para fins de cálculo do lucro tributável, o que pode aumentar as diferenças contábil-fiscais e aumentar a qualidade da informação disponível a investidores.

Em uma situação não mandatória, a conformidade contábil-fiscal pode não ser observável empiricamente por meio do reporte financeiro por causa da dificuldade na determinação de quando um gestor está legitimamente seguindo regras fiscais versus quando está usando regras fiscais que são coincidentemente as mesmas das normas contábeis de divulgação. Entretanto, o reporte financeiro pode exibir algum nível de similaridade contábil-fiscal, em sentido amplo, incluindo práticas de conformidade contábil-fiscal. Este trabalho define similaridade contábil-fiscal como o nível de correspondência entre os critérios de reconhecimento e mensuração para fins de cômputo do lucro contábil antes dos tributos com aqueles para fins de cômputo do lucro tributável.

Depois que a conformidade contábil-fiscal deixa de ser mandatória, o cômputo do lucro contábil pode não depender mais dos critérios para cômputo do lucro tributável, dando aos gestores a escolha de seguir as regras tributárias para o cômputo do lucro

contábil ou não. Assim, depois de cessar a conformidade mandatória, os relatórios financeiros podem apresentar algum nível de similaridade contábil-fiscal.

A similaridade contábil-fiscal implica que o lucro contábil pode incorporar características do lucro tributável em certa medida, o que pode representar tanto um ganho – como os proponentes da conformidade contábil-fiscal argumentam – ou a perda de informação contábil. Dechow, Ge e Schrand (2010) observa que algumas *proxies* têm sido usadas para qualidade de resultados, ao invés de se definir “qualidade”, porque esta é contingente no contexto decisório. Os pesquisadores têm usado várias medidas como indicativas de “qualidade dos resultados”, incluindo persistência, magnitude dos *accruals*, gerenciamento de resultados, suavização, reconhecimento tempestivo de perdas, e coeficiente de resposta dos lucros. Essas *proxies* são relacionadas a qualidades da informação orientada ao investidor que podem não representar as características esperadas da informação que é gerada às autoridades fiscais.

Como os lucros contábil e tributável são diferentes, as qualidades dos lucros esperadas também são diferentes. Hanlon e Heitzman (2010) comentam que o objetivo das normas contábeis é capturar os aspectos econômicos das transações para prover informações úteis para os tomadores de decisão, uma vez que as regras tributárias são escritas para obter arrecadação, encorajar ou desencorajar certas atividades e estimular a economia. Outro ponto de vista sugere que as normas contábeis procuram evitar informação enganosa estabelecendo regras para prevenir que os gestores manipulem oportunisticamente os resultados para cima, ao mesmo tempo em que as regras tributárias procuram evitar informação enganosa com regras que restringem a manipulação de resultados para baixo.

Se o lucro contábil é orientado para as decisões dos investidores e o lucro tributável é voltado para se reduzir a assimetria de informação da autoridade fiscal, espera-se que o lucro contábil seja mais *value-relevant* do que o lucro tributável. De acordo com Dechow, Ge e Schrand (2010), o coeficiente de resposta dos lucros liga diretamente os lucros à utilidade para decisão, em que uma maior correlação entre lucros e valor implica que os lucros refletem melhor o desempenho fundamental. Hanlon, Laplante e Shevlin (2005) quantificam a perda de informação a investidores que ocorre quando as medidas de lucro para fins tributários e de divulgação são os mesmos, e concluem que essa perda poderia implicar em uma redução de 50 por cento no poder explanatório dos lucros, estimados como a redução no valor do R^2 de uma regressão de

retornos das ações sobre os lucros. Hanlon, Maydew e Shevlin (2008) examinam empresas que foram forçadas a mudar do regime de caixa para o de competência para fins tributários e encontraram que o aumento da conformidade contábil-fiscal resulta em lucros menos informativos, com estimativa baseada em um modelo de coeficiente de resposta aos lucros. Iatridis (2010) investiga o impacto da adoção de IFRS sobre firmas britânicas e encontrou que a adoção de IFRS provavelmente levou a medidas contábeis que exibem maior *value relevance* comparadas àquelas reportadas de acordo com as normas contábeis britânicas.

Se o lucro contábil está relacionado à utilidade para tomada de decisões, é esperado que ele seja mais persistente do que o lucro tributável. Dechow, Ge e Schrand (2010) identificam duas linhas de pesquisa sobre persistência dos resultados: a primeira assume que resultados mais persistentes irão gerar melhores entradas para modelos de avaliação de ativos; a segunda procura verificar se a informação dos resultados é útil para tomada de decisões naquilo que ela consegue melhorar as saídas dos modelos de avaliação de ativos. O lucro tributável não é desenhado para ser útil à tomada de decisões, mas pode apresentar algum nível de persistência de resultados em função de ser apurado em base competência, embora menor do que os níveis do lucro contábil. Hanlon (2005) verifica que empresas com grande diferença contábil-fiscal têm persistência de resultados significativamente baixa, o que implica que quanto maior a diferença entre o lucro contábil e o tributável, menor a persistência dos lucros; se isso é verdade, sugere que o lucro tributável pode ter componentes persistentes.

Outro aspecto ligado à utilidade para a tomada de decisões refere-se à tempestividade da informação. Ao mesmo tempo, existe uma demanda pelo reconhecimento tempestivo de perdas como uma forma de combater o otimismo natural dos gestores (Dechow, Ge e Schrand, 2010). Nessa linha se coloca a contribuição de Basu (1997), com a interpretação de conservadorismo como o reflexo de 'más notícias' mais rapidamente do que 'boas notícias' no resultado e a proposição do modelo clássico de reconhecimento tempestivo de perdas. Espera-se que o lucro contábil sob IFRS possa exibir conservadorismo condicional, já que ele emprega nova informação (Ball e Shivakumar, 2005). Por outro lado, não se espera que o lucro contábil com forte influência dos aspectos tributários apresente conservadorismo condicional, uma vez que as perdas devido ao conservadorismo condicional são dificilmente dedutíveis para fins de cálculo do lucro tributável (Qiang, 2007).

A suavização de resultados é uma *proxy* de qualidade dos resultados que pode ou não estar presente nos lucros contábeis e tributáveis: sua interpretação é contingente em sua associação com outras *proxies*. A contabilidade financeira e a tributária são baseadas em regime de competência e o método em si não promove diferenças relevantes em termos de suavização entre as duas medidas de lucros. As regras fiscais tendem a produzir lucros suavizados porque grandes choques negativos no resultado que poderiam ser reconhecidos com conservadorismo condicional não são convenientes para os fins da autoridade fiscal. Entretanto, as normas IFRS tendem a levar a lucros menos suavizados em função das medidas baseadas em valor justo. Gestores podem manipular o lucro tributável para minimizar pagamentos de tributos, resultando em menor suavização, mas podem manipular o lucro contábil para minimizar o risco percebido pelos investidores, resultando em maior suavização.

Adoção de IFRS e dependência de trajetória às práticas contábil-fiscais

A adoção de IFRS e a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatária pode levar a uma similaridade contábil-fiscal residual por causa da dependência de trajetória (*path dependence*) às práticas anteriores de contabilidade financeira. A literatura sobre dependência de trajetória mostra que existem erros nas escolhas feitas por economias e mercados, mesmo quando existe evidência de que essas escolhas são incorretas. A teoria explica por que um padrão que é *first-to-market* pode se tornar arraigado; por exemplo, o layout QWERTY, que é usado em teclados de computadores ao invés de um padrão melhor. Liebowitz e Margolis (1995, p. 205) notam que “*if such path dependence does occur, it means that marginal adjustments of individual agents may not offer the assurance of optimization or the revision of suboptimal outcomes. In turn, this implies that markets fail.*” Assim, apesar das melhorias na qualidade informacional que as IFRS podem representar, algumas empresas podem manter práticas anteriores por razões econômicas e não melhorarem sua qualidade informacional significativamente.

A literatura enfatiza quatro principais causas para dependência de trajetória: aumento dos retornos, autorreforço, *feedback* positivo, e *lock-in* (Page, 2006). Baseado em uma pesquisa da literatura, Page (2006) explica esses conceitos: o aumento do retorno significa que quanto mais uma escolha é feita ou uma ação é realizada, maior os seus benefícios; o autorreforço significa que fazer uma escolha ou realizar uma ação

coloca em prática um conjunto de forças ou instituições complementares que encorajam a sustentação da escolha; com *feedbacks positivos*, uma ação ou escolha cria externalidade positiva quando a mesma escolha é feita por outra pessoa; *lock-in* significa que uma escolha ou ação se torna melhor que qualquer outra porque um número suficiente de pessoas também fez aquela escolha. Essas quatro causas representam os benefícios que podem surgir por se manter ações e decisões anteriores, o que significa que existem incentivos econômicos para manter escolhas contábeis prévias após a adoção de IFRS.

A dependência de trajetória às práticas contábeis anteriores faz lembrar que a melhoria na qualidade da informação que surge com a adoção de IFRS também depende das escolhas contábeis dos gestores. As novas normas podem ter imposto mudanças obrigatórias, mas a flexibilidade das IFRS oferece aos gestores algum nível discricionário; eles também podem simplesmente escolher não estar em conformidade com as normas. Em um exame de 279 empresas que fazem referência à aplicação das *International Accounting Standards* (IAS) in suas demonstrações de 1998, Street e Gray (2002) verificam que, em muitos casos, as políticas contábeis evidenciadas são inconsistentes com as IAS. Van Tenderloo e Vanstraelen (2005) mostram que, na Alemanha, as IFRS não impuseram uma significativa restrição à prática de gerenciamento de resultados. Kvall e Nobes (2010) destacam 16 assuntos contábeis para os quais variações dentro das IFRS são permitidas e que podem ser observadas, e verificaram que a prática de IFRS é sujeita a diferenças sistemáticas entre os países; a continuidade das tradições nacionais, eles sugerem, podem explicar variações nas políticas contábeis sob IFRS entre os países.

Os gestores podem manter procedimentos similares ou idênticos àqueles impostos pela legislação tributária se isso se adequar aos seus interesses. Gee, Haller e Nobes (2010) conduziram entrevistas com contadores seniores e auditores de empresas listadas alemãs e verificaram que os tributos influenciaram o reporte em IFRS; essa influência pode ser resultado de procedimentos para aumentar a eficiência e para evitar custos que poderiam ser incorridos por rodar dois sistemas paralelos de contabilidade; além disso, também evitar os riscos de se ter que contabilizar tributos diferidos que surgiriam e, em razão disso, os auditores fiscais aumentarem a comparação dos montantes nas contas para fins de tributação e de divulgação para verificar se as

mesmas razões econômicas foram aplicadas pelas companhias em ambos os sistemas contábeis.

Entretanto, gestores poderiam também ter incentivos econômicos em adotar práticas para produzir informações de alta qualidade e deixar para trás as regras tributárias. Esses incentivos podem ser dados por um conjunto de condições econômicas que cercam a empresa.

Com a adoção de IFRS e a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória, algum nível de similaridade contábil-fiscal pode continuar ao longo do tempo e afetar a qualidade da informação, mas não para todas as empresas. Empresas sob maior pressão do mercado acionário podem apresentar menor influência de aspectos tributários sobre a informação para divulgação. Klassen (1997) verifica que as empresas com maior concentração acionária, *proxy* para pressão reduzida do mercado de capitais, apresentam, em média, maiores perdas ou menores ganhos quando elas são mais tributadas. Os resultados implicam que a pressão do mercado afeta as escolhas contábeis direcionadas por incentivos tributários.

Empresas com alta concentração acionária têm um acionista controlador ou um grupo de acionistas que controla a companhia e podem surgir problemas de governança relacionados. Os gestores (que podem ser os próprios controladores) provavelmente perseguem os interesses dos acionistas controladores. Scholes, Wolfson, Erickson, Maydew e Shevlin (2002) argumentam que grandes acionistas que se mantêm próximos às empresas têm um incentivo a monitorar as atividades de economia tributária dos gestores e que essas firmas provavelmente escolhem oportunidades de economia de tributos envolvendo diferenças contábil-fiscais permanentes, mesmo se essas oportunidades reduzirem o lucro contábil. Zeng (2011) verificou que empresas chinesas com concentração acionária apresentam menores alíquotas efetivas de imposto de renda. Assim, é provável que empresas com menor pressão do mercado acionário possam ter maior similaridade contábil-fiscal, mesmo sem conformidade contábil-fiscal mandatória anterior, dado o seu papel como instrumento de redução de tributos. Assim, essas empresas podem apresentar maior dependência de trajetória à conformidade contábil-fiscal mandatória prévia e um conseqüente menor nível de qualidade informacional.

Empresas com maior pressão do mercado acionário podem ter incentivos para deixar para trás a conformidade contábil-fiscal e apresentar alta qualidade no seu

conjunto de informações divulgadas. Kaserer e Klingler (2008) verificaram que empresas alemãs que mudaram para IFRS forneceram informações financeiras mais acuradas para o mercado de capitais do que um sistema contábil conservador como a norma alemã, com influência tributária.

A adoção de IFRS pode ser um processo de adaptação e a dependência de trajetória à conformidade contábil-fiscal pode se reduzir ao longo do tempo mesmo para companhias com baixa pressão do mercado acionário. Kasabov (2010) argumenta que o caminho selecionado de desenvolvimento é afetado por vários fatores, tais como os relacionamentos herdados e recém-formados, oportunismo, e a definição e força dos direitos de propriedade.

A hipótese deste trabalho é: *em um país com conformidade contábil-fiscal mandatório prévio, as empresas com menor pressão do mercado acionário podem apresentar similaridade contábil-fiscal e menor qualidade de informação do que companhias com maior pressão do mercado no período subsequente à adoção de IFRS.*

DESENHO DA PESQUISA

Visão geral

Para testar a hipótese, foi usada uma amostra de empresas brasileiras no período entre 2006 e 2011 porque o Brasil teve uma conformidade contábil-fiscal mandatória antes da adoção de IFRS, ocorrida no final de 2007. Foram examinadas similaridades e não similaridades contábil-fiscais, assim como medidas de qualidade de informação que possam diferenciar o lucro que é orientado para investidores do lucro que é orientado para autoridades fiscais de empresas com diferentes níveis de pressão do mercado acionário.

Foram separadas empresas em dois grupos com diferentes níveis de pressão do mercado de ações. Como as empresas brasileiras possuem altos níveis de concentração acionária, um pequeno número de companhias com uma baixa concentração acionária poderia não representar a pressão do mercado por informação de alta qualidade. Foi usada uma amostra de companhias do portfólio do índice Ibovespa. O Ibovespa é um índice de desempenho de um portfólio formado pelas empresas mais negociadas no Brasil. As empresas desse portfólio, por serem as mais negociadas, possuem um número maior de investidores atentos, exercendo maior demanda por informação de melhor qualidade; a resposta da empresa ao fornecer melhor informação ajuda a reforçar a manutenção de sua posição dentro do portfólio, o que indica que o portfólio Ibovespa pode ser uma medida pertinente como forma de representação de pressão do mercado acionário por informação de melhor qualidade.

Foram examinadas empresas brasileiras no período anterior à quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória e após a adoção completa das IFRS. Assumiu-se que esses dois eventos foram relevantes para a redução da dependência de trajetória do reporte financeiro em relação às regras tributárias, porque as companhias começaram a ser capazes de fazer mudanças que não eram possíveis anteriormente. A quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória foi promulgada no final de 2007; portanto, 2006 e 2007 representam o período anterior a essa quebra. Os anos de 2008 e 2009 foram um período de adaptação para à condição de não conformidade e da posterior adoção de IFRS. A adoção completa de IFRS foi exigida para as demonstrações

financeiras de 2010; assim, 2010 e 2011 representam o período de adoção plena de IFRS. Foi usado o período anterior à quebra da conformidade mandatória para fins de comparação e porque se assumiu que algumas empresas podem apresentar um baixo nível de similaridade contábil-fiscal do que outras companhias, apesar das imposições da legislação tributária.

Os testes estão estruturados em quatro passos. No primeiro passo, foram desenvolvidas medidas de similaridade contábil-fiscal, no sentido de se verificar o nível de relacionamento entre lucro contábil e tributável e o nível de uniformidade de procedimentos das observações da amostra. Foi feita uma comparação entre empresas do Brasil e da Austrália para validar as medidas de similaridade contábil-fiscal. Em um segundo passo, foram testadas as medidas de similaridade contábil-fiscal das empresas brasileiras no período 2006-2011. No terceiro passo, foram investigadas as não similaridades entre lucro contábil e tributável e se elas são explicadas pelo evento de adoção de IFRS porque o modelo de similaridade contábil-fiscal pode não ser capaz de capturar movimentos do tamanho da diferença entre o lucro contábil e o tributável. Quarto passo, foram selecionadas e testadas medidas de qualidade informacional que possam ser capazes de distinguir a contabilidade financeira da tributária em suas características. Foram testados *value relevance*, conservadorismo condicional, persistência e suavização de resultados.

O Caso do Brasil

No Brasil, um país de tradição Code-Law, existiu uma distinção não clara entre regras fiscais e normas contábeis para fins de divulgação financeira na prática, antes da adoção de IFRS. A Lei Federal número 6.404 de 1976 fornece normas para reporte financeiro de sociedades anônimas. No ano seguinte à sua publicação, o Decreto-Lei número 1.598 estabeleceu regras contábeis para fins tributários para todas as empresas. Entretanto, o lucro tributável tinha que ser baseado nos registros contábeis para fins de divulgação, com ajustes prescritos ou autorizados. Considerando que o Brasil tinha um governo ditatorial à época, um histórico de poder das regras tributárias, e um mercado de capitais incipiente naquele momento, as regras contábeis para fins de tributação foram largamente assumidas como normas para fins de divulgação na prática, já que

eventuais ajustes para fins de melhoria na informação contábil não eram autorizadas, a menos que fossem tributados ou não deduzidos.

O Brasil não teve uma situação de completa conformidade contábil-fiscal nesse período: alguns resultados antes dos impostos podiam ser ajustados para o cálculo do lucro tributável, mas outros resultados não podiam ser reconhecidos no lucro contábil, por exemplo, os ajustes relacionados a valor justo, sob pena de serem tributados ou não deduzidos do imposto de renda.

Algumas instituições brasileiras têm sido encarregadas de definir normas contábeis para fins de divulgação financeira; elas fizeram relevantes melhorias na qualidade da informação, mas elas tinham restrições para fazer alterações nas normas contábeis em função dos efeitos tributários relacionados. A partir de 1977, as companhias abertas tiveram seu próprio conjunto de normas contábeis emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto que desde 1964 as instituições financeiras seguem as normas contábeis do Banco Central do Brasil. Entretanto, cada conjunto de normas estava subordinado à Lei Federal e conseqüentemente às regras tributárias. Por exemplo, subvenções governamentais não são tributadas e não deveriam ser contabilizadas no resultado, porque de outro modo elas poderiam ser tributadas. Os efeitos tributários estavam representando restrições à melhoria da qualidade da informação e conseqüente redução da assimetria informacional e crescimento do mercado de ações no Brasil.

Como conseqüência do relativamente pequeno mercado de ações no Brasil e de todas as circunstâncias que rodeiam essa situação, incluindo assimetria de informação, as empresas brasileiras podem ser caracterizadas como de alta concentração acionária. Governo, famílias e companhias multinacionais mantêm grandes porções de capital das companhias abertas no Brasil. Em conseqüência, a divulgação financeira no Brasil é afetada por incentivos econômicos e conflitos relacionados a essa configuração de governança corporativa. Lopes e Walker (2012) obtêm resultados a respeito de reavaliação de ativos no Brasil que sugerem que essa prática não ocorria para fins de transmitir informação aos usuários externos, mas apenas para aumentar com oportunismo os valores de patrimônio líquido, por questões contratuais. Por volta dos anos 2000, o Brasil experimentou um incremento em seu mercado de capitais e alguns fatos podem ter influenciado, além do crescimento econômico. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lançou uma lista separada com exigências de governança corporativa,

incluindo a adoção voluntária de IFRS ou US-GAAP. Algumas companhias brasileiras começaram a negociar ações na bolsa de valores de Nova York, e conseqüentemente tiveram que se reportar em US-GAAP. Entretanto, as informações financeiras ainda estavam restritas aos aspectos tributários.

O crescimento do mercado de capitais, o incremento dos investimentos estrangeiros e os movimentos no sentido de adoção das normas IFRS resultaram na adoção das normas internacionais pelo Brasil. Ela foi institucionalizada por uma Lei Federal em 2007 (seguindo a tradição Code-Law brasileira).

Com uma relevante barreira à melhoria da qualidade da informação que representava a conformidade contábil-fiscal, era essencial que a adoção de IFRS pelo Brasil fosse acompanhada pela quebra da ligação formal entre as normas contábeis para fins de divulgação e as regras tributárias, o que ocorreu com a publicação da Lei 11.638 em 2007 e da Lei 11.941 em 2009. A Lei número 11.638 determina que as normas da CVM devam estar de acordo com as normas internacionais de contabilidade financeira e modificou a Lei 6.404 para deixar claro que a contabilidade financeira deve ser separada da contabilidade tributária.

Após a Lei 11.638 estabelecer a adoção de IFRS em 2007, as empresas brasileiras tiveram um período de transição. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ficou encarregado de traduzir e adaptar as IFRS para o Brasil e tinha aprovado 14 normas para implementação em 2008. As principais normas que poderiam resultar em ajustes nos lucros eram os correspondentes ao IAS 36, IAS 21, IAS 38 e IAS 17. A adoção completa ocorreu para as demonstrações financeiras anuais de 2010. A adoção voluntária prévia era permitida, mas apenas algumas poucas companhias a fizeram. Assim, pode-se considerar que o período de 2008 e 2009 foi de adaptação à adoção completa de IFRS e à não conformidade mandatória à tributação.

Um evento relevante foi a publicação da Lei 11.941, que foi precedida pela Medida Provisória número 449, publicada em 2008. A Lei 11.941 define regras sobre ajustes no lucro tributável resultante de diferenças em relação à mensuração do lucro contábil. Ela implementou um regime tributário de transição e esse aspecto transitório dessas regras pode ter resultado em incertezas a respeito de eventuais futuros efeitos tributários da adoção de IFRS e possível conseqüente continuidade de certos níveis de similaridade contábil-fiscal, pois os gestores podem ter decidido manter escolhas contábeis similares, caracterizando dependência de trajetória.

Outros argumentos para as causas de dependência de trajetória (retornos crescentes, autorreforço, *feedbacks* positivos e *lock-in*) podem ser levantados. Diversas áreas de atividade não tiveram que promover mudanças drásticas para entrar em conformidade com as IFRS devido aos avanços implementados pela CVM ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, nenhuma mudança relevante na legislação tributária do imposto de renda ocorreu. Mantendo níveis similares de conformidade contábil-fiscal, as empresas podem não ter um aumento substancial dos custos de conformidade contábil e fiscal para se adequar às exigências das IFRS. Como as IFRS são normas relativamente flexíveis, talvez seja possível que auditores aceitem argumentos de empresas para usar as normas contábeis anteriores e/ou regras tributárias como práticas válidas para fins de reporte em IFRS, o que reforça a prática da companhia. Analistas de bancos e outros *stakeholders* que costumavam ler as demonstrações financeiras com o conjunto anterior de normas contábeis podem não se importar de a empresa continuar seguindo com os mesmos procedimentos se as mudanças não forem drásticas. Se uma empresa líder usa práticas similares às anteriores influenciadas pelas regras tributárias, outras empresas poderiam seguir a mesma prática, o que legitima o uso desses procedimentos. Um exemplo é a depreciação para fins tributários. A legislação do imposto de renda estabelece que um equipamento seja depreciado em pelo menos 10 anos. Algumas empresas brasileiras continuam mantendo os 10 anos como a vida útil de seus equipamentos. Entretanto, é realmente difícil de acreditar que após a revisão da política de depreciação, todos os equipamentos dessas companhias permanecem exatamente com uma vida útil de 10 anos.

Desenvolvimento das Medidas de Similaridade Contábil-Fiscal

Em uma hipotética situação de completa conformidade contábil-fiscal, o lucro contábil depende das medidas do lucro tributável e seus valores são os mesmos, exceto por ajustes relacionados a políticas tributárias. Uma diferença temporária não existiria nessa situação, porque os critérios de reconhecimento e mensuração são os mesmos para fins de cálculo do lucro contábil e tributável. As receitas seriam reconhecidas para fins de divulgação apenas quando as regras tributárias exigirem sua tributação, e as despesas seriam reconhecidas apenas quando se tornassem dedutíveis. Não haveria gerenciamento de resultados em tal situação de conformidade total, já que os gestores

iriam seguir estritamente as regras fiscais para fins de divulgação, como se a autoridade fiscal fosse a usuária da informação divulgada. Planejamento tributário poderia existir, mas isso não representa uma violação da conformidade plena. Em uma situação de conformidade completa, as regras fiscais ou de divulgação podem estabelecer o reconhecimento de certos itens de resultado. Entretanto, elas podem não exigir a tributação de uma receita ou não permitir a dedução de uma despesa para se calcular o lucro tributável, por exemplo, uma multa não dedutível. Baseado em políticas de tributação, as regras tributárias podem permitir a dedução de uma despesa não reconhecida, como um incentivo fiscal, ou eventualmente a tributação de uma receita não reconhecida. Todos esses ajustes são diferenças permanentes.

Considere o seguinte exemplo: a Empresa A está localizada em um país com plena conformidade contábil-fiscal e prepara suas demonstrações financeiras estritamente seguindo regras tributárias. Em 20x0, a Empresa A reconheceu receitas e os respectivos custos das mercadorias vendidas no momento da venda dos produtos, mesmo que ainda não entregues. A depreciação do equipamento foi calculada seguindo a regra da taxa de 10% ao ano. Uma provisão relacionada à um dano ambiental não foi reconhecida, já que as regras fiscais apenas permitem sua dedução em base caixa. Uma despesa com multa não dedutível foi reconhecida. Se a Empresa A apresentasse suas demonstrações financeiras em IFRS sem conformidade contábil-fiscal, os lucros seriam apresentados conforme Quadro 1:

Quadro 1
Painel A: Exemplo de lucros nas situações de Conformidade Contábil-Fiscal Total e IFRS

	<u>CCF Total</u>	<u>IFRS</u>
Receitas	10.000	10.000
- Produtos não entregues	500	0
Custos	-6.000	-6.000
- Produtos não entregues	-300	0
Depreciação	-200	-150
Perdas por Danos Ambientais	0	-100
Despesas com Multas	-60	-60
Lucro antes do Imposto de Renda	<u>3.940</u>	<u>3.690</u>

Painel B: Exemplo de Cálculo de Lucro Tributável sob Conformidade Contábil-Fiscal Total e IFRS

	<u>CCF Total</u>	<u>IFRS</u>
Lucro antes do Imposto de Renda	3.940	3.690
Diferenças Temporárias	0	250
Diferenças Permanentes	-60	-60
Lucro Tributável	<u>3.880</u>	<u>3.880</u>

Dessa concepção de uma hipotética situação de conformidade contábil-fiscal total, foi desenvolvido um modelo de regressão baseado na Equação 1, para mensurar a similaridade contábil-fiscal, com lucro contábil, o lucro tributável e as diferenças permanentes relacionadas a políticas tributárias. O lucro contábil (LC) é a variável dependente, seguindo a definição deste trabalho para conformidade contábil-fiscal na qual o lucro contábil é dependente dos critérios para cômputo do lucro tributável. O lucro tributável (LT) e as diferenças permanentes relacionadas às políticas tributárias (DPT) são as variáveis independentes, as quais representam a aplicação dos critérios para cômputo do lucro tributável. DPT se refere a diferenças permanentes que são estritamente derivadas das regras fiscais e devem ser ajustadas a partir do lucro contábil para se calcular o lucro tributável. Assim, essa variável não contém diferenças permanentes que são derivadas de gerenciamento de resultados.

$$LC_{it} = \theta_1 LT_{it} + \theta_2 DPT_{it} + e_{it} \quad (1)$$

Em que LC é o lucro antes do imposto de renda; i é o indicador da observação empresa-ano; t é o indicador de período; LT é o lucro tributável; DPT são as diferenças permanentes entre o lucro contábil e tributável relacionado a políticas tributárias; e e é o termo de erro.

A existência de observações empresa-ano que não seguem estritamente as regras tributárias para fins de contabilidade financeira devem reduzir o poder explanatório da regressão baseada na Equação 1. Assim, diferenças temporárias e permanentes que surgem do uso de diferentes normas contábeis ou gerenciamento de resultados irão reduzir o poder explanatório deste modelo.

A medida de similaridade contábil-fiscal é dada por dois parâmetros. O R-quadrado da regressão é interpretado como a força da similaridade contábil-fiscal. O valor inverso da raiz quadrada da média dos quadrados dos erros (USCF na Equação 2) é interpretado como o nível de uniformidade da similaridade contábil-fiscal. É esperado que as amostras com alta similaridade contábil fiscal apresentem alto R-quadrado e alto USCF.

$$USCF_{it} = \frac{1}{\sqrt{\frac{\sum e_{it}^2}{t}}} \quad (2)$$

Em que $USCF$ é o nível de uniformidade da similaridade contábil-fiscal medida pelo inverso da raiz quadrada da média dos quadrados dos erros; i é o indicador da observação empresa-ano; t é o indicador de período; e e é o termo de erro.

A medida USCF é o inverso da média dos erros da regressão porque o erro dessa regressão representa o quanto o lucro contábil não é explicado pelo lucro tributável ajustado pelas diferenças permanentes relacionadas a políticas tributárias; assim, quanto maior a USCF, maior é a similaridade entre o lucro contábil e o fiscal.

Validação das Medidas de Similaridade Contábil-Fiscal

No sentido de validar as medidas de similaridade contábil-fiscal, foram comparadas companhias brasileiras e australianas. A Austrália foi selecionada porque é um país em que o senso comum sugere baixa conformidade contábil-fiscal (Atwood, Drake e Myers, 2010).

Foi usado o banco de dados Thomson One – Worldscope para se coletar os dados de ambos os países. Foram coletados dados de 5 anos imediatamente antes da quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória pelo Brasil (2003-2007). Como a Austrália não teve conformidade contábil-fiscal, foram coletados dados de 5 anos imediatamente antes do primeiro ano em que as companhias australianas passaram a reportar conforme IFRS (2001-2005), para evitar qualquer efeito relacionado à adoção de IFRS.

A amostra consiste de companhias ativas listadas na base de dados que não pertence a qualquer das seguintes indústrias, para permitir comparações entre os países: petróleo e gás, mineração e financeiras. A primeira lista tinha 273 empresas brasileiras e 760 australianas. Com isso, foram realizados procedimentos para lidar com a disponibilidade de dados. Foram selecionadas empresas com dados disponíveis de Total de Ativos e Despesas de IR Corrente em todos os anos ao longo do período considerado, resultando em uma lista de 63 empresas brasileiras e 82 empresas australianas. Foram selecionadas 50 empresas de cada país, separando a amostra em decis de Total de Ativos do último ano do período e então selecionando aleatoriamente 5 companhias de cada parte.

O lucro contábil (LC) foi estimado com o uso do Lucro Contábil antes do IR (*Pre-Tax Income* – nome da variável no banco de dados). O lucro tributável (LT) foi estimado por meio do cálculo da Despesa de IR Corrente (*Current Tax Expense* – nome da variável no banco de dados) dividido pela alíquota de IR de 34% para empresas brasileiras e 30% para empresas australianas (exceto para 2001, em que a alíquota era de 34%). Considerou-se que essa medida de LT não é afetada pelo problema mencionado por Manzon e Plesko (2002) relacionada ao aproveitamento de prejuízos fiscais com lucros de anos anteriores, já que nem o Brasil e nem a Austrália tinham essa regra nesse período, mas pode ser afetada pelos problemas de consolidação de entidades estrangeiras. Considera-se também que se existem itens que são lançados diretamente ao Patrimônio Líquido, o modelo deve exibir um menor nível de similaridade contábil-fiscal. Diferenças Permanentes relacionadas à política de tributação (DPT) foram estimadas para as companhias brasileiras pela soma dos Resultados de Equivalência Patrimonial (*Pretax Equity in Earnings* – nome da variável no banco de dados) e Juros sobre Capital Próprio. Assumiu-se que os Resultados de Equivalência Patrimonial não

tem efeito tributário para a entidade¹. Os Juros sobre Capital Próprio são uma despesa dedutível apenas para fins tributários no Brasil, baseado nos juros sobre o montante do Patrimônio Líquido. Eles foram estimados pela Taxa de Juros de Longo Prazo, estabelecida pelo governo brasileiro, multiplicada pela soma do Capital Social (*Common Stock* – nome da variável no banco de dados) e Lucros Acumulados (*Retained Earnings* – nome da variável no banco de dados). De acordo com as regras de cálculo, esse valor só pode ser deduzido se o Lucro antes do IR (ou Lucros Acumulados e Reservas) é positivo e esse valor é maior do que 50% do Lucro antes do IR (ou Lucros Acumulados e Reservas). O DPT foi estimado para as companhias australianas baseado no Resultado de Equivalência Patrimonial. Outros itens não puderam ser estimados com base nos dados disponíveis, mas a princípio todo ajuste decorrente da legislação tributária poderia ser considerado para compor o cálculo dessa variável. Todas as variáveis foram divididas pelo total dos ativos do próprio período.

Os modelos de regressão foram estimados para os testes de validação das medidas de similaridade contábil-fiscal usando o modelo de mínimos quadrados ordinários com erros padrões com robustez para heterocedasticidade – variante HC1. Os resultados são apresentados na Tabela 1.

Amostra e Dados

Nesta seção são apresentados os procedimentos relacionados à amostragem e dados utilizados nos testes realizados para fins de avaliação da hipótese de pesquisa. Primeiramente, foram selecionadas companhias ativas de empresas brasileiras da base de dados Thomson One – Worldscope. Como não há dados disponíveis para todas as variáveis em todo o período considerado, foram usadas diferentes amostras para cada teste, selecionadas a partir de uma amostra base de 313 companhias. A amostra base compreende companhias ativas no período considerado excluindo companhias da indústria financeira. As companhias da indústria financeira foram excluídas em função da alíquota diferente de IR e pelas demais características contábeis próprias do setor. A amostra usada em cada teste compreende dados das companhias com dados disponíveis

¹ Entretanto, a legislação brasileira tributa os lucros de investimentos estrangeiros quando disponibilizados, mas isso não foi possível estimar neste trabalho.

em todo o período considerado. O número de empresa-ano é indicado no respectivo teste.

A amostra usada em cada teste é dividida em duas subamostras. A primeira compreende dados disponíveis de empresas do portfólio do índice Ibovespa, assumidas como *proxy* de pressão do mercado acionário. O portfólio estava composto por 65 empresas em 2012. A segunda subamostra é nomeada como Não-Ibovespa e compreende dados de companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa e tem dados disponíveis para os testes.

A maioria dos testes foi feita para quatro subperíodos. Foram analisados os períodos antes (2006-2007) e após (2008-2011) a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória e também os períodos antes (2006-2009) e após (2010-2011) a adoção completa de IFRS no Brasil.

Testes de Similaridade Contábil-Fiscal no Brasil

Foram feitos testes no sentido de verificar se as similaridades entre os lucros contábil e tributável permanecem após a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória e a adoção completa de IFRS no Brasil e em qual extensão.

As amostras são compostas de empresas brasileiras com dados disponíveis para todos os anos, para permitir comparações ao longo do tempo da amostra base de 313 companhias. A amostra deste teste tem um total de 104 companhias: 34 da amostra do portfólio do Ibovespa e 70 da amostra de companhias Não-Ibovespa.

Foram estimadas as variáveis da mesma forma como foi descrito na seção sobre validação das medidas de similaridade contábil-fiscal para as empresas brasileiras. Foi estimado o lucro contábil (LC) usando o Lucro Contábil antes do IR; o lucro tributável (LT) pelo cálculo da Despesa de IR Corrente dividida pela alíquota de IR de 34%; e as diferenças permanentes relacionadas à política tributária (DPT) pela soma dos Resultados de Equivalência Patrimonial e Juros sobre Capital Próprio (estimadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo multiplicada pela soma do Capital Social e Lucros Acumulados).

Foram analisados os períodos antes (2006-2007) e após (2008-2011) a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória e os períodos antes (2006-2009) e após (2010-2011) a adoção completa de IFRS.

Os modelos de regressão foram estimados baseados na equação 1 usando o método de mínimos quadrados ordinários com erros padrões com robustez para heterocedasticidade – variante HC1. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Testes de Não-Similaridade Contábil-Fiscal

No sentido de complementar a análise de similaridade contábil-fiscal, foi mensurada a não similaridade contábil-fiscal (NSCF) como o lucro contábil (LC) menos a soma de lucro tributável (LT) e diferenças permanentes relacionadas a políticas tributárias (DPT). NSCF foi usada como uma variável no sentido de se verificar se o valor dessa diferença aumenta e se ela é explicada pela adoção de IFRS. A variável NSCF é diferente da medida usual de diferenças contábil-fiscais (*book-tax differences* – lucro contábil menos lucro tributável) para considerar as diferenças temporárias e permanentes potencialmente relacionadas a planejamento tributário e gerenciamento de resultados e excluir as diferenças diretamente atribuíveis a políticas tributárias.

Espera-se um aumento de NSCF após a adoção de IFRS devido aos efeitos da implementação de novas normas contábeis para todas as companhias.

A amostra dos testes com NSCF tem um total de 104 companhias: 34 da amostra do portfólio Ibovespa e 70 da amostra das companhias Não-Ibovespa.

A variável NSCF foi examinada no sentido de se comparar o período antes da quebra da conformidade contábil-fiscal (2006-2007) com o período após a completa adoção de IFRS (2010-2011). As estatísticas descritivas da variável NSCF são fornecidas na Tabela 3. Foram testadas as diferenças de medianas das companhias Ibovespa entre esses dois períodos usando o teste de Soma das Ordens de Wilcoxon (*Wilcoxon Rank-Sum Test*), assim como para as companhias Não-Ibovespa e todas as companhias. Foram também testadas as diferenças de medianas comparando as empresas Ibovespa e Não-Ibovespa nesses dois períodos. Foram testadas as diferenças de variância dessas três amostras entre 2006-2007 e 2010-2011 usando o Teste-F, assim como entre as companhias Ibovespa e Não-Ibovespa em ambos os períodos. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

A variável NSCF foi usada como dependente em uma regressão com uma variável binária (IFRS) que assume valor 1 para observações no período após a adoção completa de IFRS (2010-2011) e uma segunda variável com a interação desta com LC, para se

verificar se esse evento é capaz de explicar a diferença entre os lucros contábil e tributável. O tamanho da companhia (Tam), medido pelo Total do Ativo do próprio período, foi usado como variável de controle (Equação 3):

$$NSCF_{it} = \lambda_1 IFRS_{it} + \lambda_2 IFRS.LC_{it} + \lambda_3 Tam_{it} \quad (3)$$

Em que NSCF é a variável de Não-Similaridade Contábil-Fiscal, medida por LC menos a soma de LT e DPT; i é o indicador de empresa-ano, t é o indicador de período; LC é o lucro contábil antes do imposto de renda dividido pelo total de ativos; LT é o lucro tributável dividido pelo total de ativos; DPT são as diferenças permanentes entre os lucro contábil e tributável relacionadas a políticas tributárias, divididas pelo total de ativos; IFRS é uma variável binária que é igual a 1 se a observação empresa-ano se refere ao período após a adoção completa de IFRS; Tam é o total de ativos.

Os modelos de regressão foram estimados baseados na Equação 3 usando o método de mínimos quadrados ordinários. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Testes de *Value Relevance*

Foram selecionadas medidas de qualidade de informação que pudesse distinguir os lucros contábil e tributável, sob uma perspectiva de incentivo econômico, no sentido de se verificar a influência da tributação sobre a divulgação financeira antes e após a adoção de IFRS. Assim, foram testados *value relevance* (*Earnings Response Coefficient* – Coeficiente de Resposta aos Lucros), persistência de resultados, conservadorismo condicional, e suavização de resultados.

Value relevance é esperada para a informação financeira divulgada claramente orientada a investidores, mas não para o lucro tributável, já que a informação para as autoridades tributárias não precisa ser útil para a tomada de decisões. Se a informação para investidores dentro do lucro contábil é similar ao lucro tributável, é esperado que o lucro contábil seja menos *value relevant* (Hanlon, Laplante e Shevlin, 2005).

Assim, prediz-se que o lucro contábil sob IFRS seja mais *value relevant* e, portanto, apresente maior Coeficiente de Resposta aos Lucros do que antes da adoção de IFRS, já que o conjunto anterior de normas contábeis de divulgação financeira era influenciado por regras tributárias no Brasil. Também se prediz neste trabalho que as companhias com alta pressão do mercado acionário apresentam maior *value relevance*

do que outras companhias porque se assume que companhias com menor pressão do mercado de ações tende a ser dependente de trajetória às práticas contábeis anteriores com influência da tributação.

Foi estimado como o coeficiente de resposta aos lucros o β do modelo na Equação 4. O retorno do preço da ação (Ret) foi calculado com base na variação percentual anual do preço da ação do último dia de cada ano. Foi usado o lucro contábil medido como o Lucro antes do IR (*Pre-tax Book Income* – nome no banco de dados) seguindo Hanlon (2005) como uma maneira de considerar a informação que é orientada a investidores independentemente dos aspectos tributários, por exemplo, incentivos fiscais, presentes na despesa de imposto de renda e conseqüentemente no lucro líquido.

$$Ret_{it} = \alpha + \beta LC_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Em que Ret é o retorno do preço da ação; LC é o lucro antes do imposto de renda, dividido pelo total de ativos; i é o indicador de empresa-ano; t é o indicador de período.

A amostra dos testes de Coeficiente de Resposta aos Lucros tem um total de 171 companhias: 43 da subamostra do portfólio Ibovespa e 128 da subamostra de companhias Não-Ibovespa.

Os modelos de regressão são estimados com base na Equação 4 usando o método de mínimos quadrados ordinários. Os resultados são apresentados na Tabela 6.

Testes de Persistência de Resultados

Como persistência de resultados é relacionada à habilidade de predizer fluxos de caixa futuros, espera-se que as companhias brasileiras apresentem uma alta persistência de resultados após a adoção completa de IFRS. Se a informação dentro do lucro tributável não precisa ter valor preditivo, espera-se que o lucro tributável não apresente persistência de resultados; entretanto, um dado nível de persistência é provável porque o lucro tributável também é baseado no regime de competência e as empresas devem apresentar certo nível de estabilidade nos seus resultados ao longo do tempo; além disso, é possível que os níveis de persistência sejam influenciados por uma genuína estabilidade econômica da empresa ao longo do tempo, sem “surpresas” relevantes, o que naturalmente se reflete também no lucro tributável. Assim, prediz-se neste trabalho

que as companhias com prévia conformidade contábil-fiscal mandatária irão apresentar alta persistência de resultados após a adoção de IFRS se a influência da tributação for reduzida.

Também se prediz neste trabalho que as companhias com alta pressão do mercado acionário irão apresentar maior persistência de resultados do que as outras companhias porque se assume que companhias com menor pressão tendem a ter incentivos econômicos para manter as práticas anteriores de contabilidade financeira com a influência da tributação.

É testada a persistência de resultados usando o modelo de regressão da Equação 5, seguindo o modelo geral de persistência de resultados conforme reportado por Dechow, Ge e Schrand (2010).

$$LC_{it+1} = \alpha + \beta LC_{it} + \varepsilon_{it} \quad (5)$$

Em que LC é o lucro antes do imposto de renda dividido pelo total do ativo; i é o indicador de empresa-ano; t é o indicador de período.

A amostra dos testes de persistência de resultados tem um total de 254 companhias: 59 da subamostra do portfólio Ibovespa e 195 da subamostra das companhias Não-Ibovespa.

São analisados os períodos antes (2006-2007) e após (2008-2011) a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatária e os períodos antes (2006-2009) e após (2010-2011) a adoção completa de IFRS.

Os modelos de regressão são estimados com base na Equação 5 usando o método de mínimos quadrados ordinários. Os resultados são apresentados na Tabela 7.

Testes de Conservadorismo Condicional

Como o Conservadorismo Condicional está relacionado ao reconhecimento tempestivo de perdas em função de eventos econômicos, espera-se que as empresas que adotam IFRS sem a influência da tributação apresentem maiores níveis de Conservadorismo Condicional, uma vez que as normas IFRS adotam dispositivos como a avaliação a valor justo, de *impairment* de ativos e de provisões no passivo. Entretanto, não se espera que o mesmo aconteça se as empresas possuem uma contabilidade financeira influenciada pelas regras tributárias, uma vez que não é conveniente para o

legislador tributário o reconhecimento tempestivo de perdas para fins de dedução do imposto de renda, dado que são resultados menos sistemáticos e mais sujeitos a incertezas e à discricionariedade dos gestores.

Espera-se também que o lucro contábil mensurado sob as normas IFRS das companhias Ibovespa exibam maior Conservadorismo Condicional do que as companhias Não-Ibovespa.

O Conservadorismo Condicional é testado com base no modelo de regressão de Basu (1997) na Equação 6.

$$LC_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 DRet_{it} + \beta_0 Ret_{it} + \beta_1 DRet_{it} * Ret_{it} + \varepsilon_t \quad (6)$$

Em que LC é o lucro antes do imposto de renda dividido pelo total de ativos; Ret é o retorno do preço da ação; DRet é uma variável binária que é igual a 1 se $Ret < 0$; i é o indicador empresa-ano; t é o indicador de período.

O lucro antes do imposto de renda é o Lucro Contábil (LC), utilizado como variável dependente do retorno da ação (Ret) e dos retornos negativos (DRet*Ret). O retorno do preço da ação (Ret) foi calculado com base na variação percentual anual do preço da ação do último dia de cada ano. DRet é uma variável binária que é igual a 1 quando o retorno da ação é negativo. O conservadorismo condicional é observado pelo coeficiente β_1 da interação (DRet*Ret).

São analisados os períodos antes (2006-2007) e após (2008-2011) a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatária e também os períodos antes (2006-2009) e após (2010-2011) a adoção completa de IFRS.

A amostra dos testes de Conservadorismo Condicional tem um total de 63 companhias: 27 da subamostra do portfólio Ibovespa e 36 da subamostra de companhias Não-Ibovespa.

Os modelos de regressão foram estimados com base na Equação 6 usando o método de mínimos quadrados ordinários. Os resultados são apresentados na Tabela 8.

Testes de Suavização de Resultados

Se o lucro contábil estiver de fato destacado do lucro tributável, os índices de suavização de resultados contábeis e tributáveis tendem a ser diferentes. Por outro lado,

se o lucro contábil estiver seguindo as regras tributárias, os índices tendem a ser similares. Por essa razão, foi testada a suavização para o Lucro Contábil antes do IR e para o Lucro Tributável. Assim, prediz-se neste trabalho que as companhias Ibovespa irão apresentar diferentes índices de suavização de lucros contábeis após a adoção de IFRS, mas as companhias Não-Ibovespa deverão apresentar índices similares.

Seguiu-se Leuz, Nanda e Wysocki (2003) na mensuração da suavização dos resultados, de acordo com a Equação 7. Adicionalmente, é usada a soma dos Fluxos de Caixa Operacionais (FCO) e de Investimento (FCI) para se testar a suavização de resultados considerando os investimentos (Equação 8). Se os investimentos acompanham os lucros, a suavização de resultados considerando FCI tende a ser menor.

$$\frac{\sigma(Lucro_{it})}{\sigma(FCO_{it})} \quad (7)$$

Em que *Lucro* é o Lucro antes do imposto de renda ou o Lucro Tributável, divididos pelo total de ativos; *i* é o indicador de empresa-ano; *t* é o indicador de período; OCF é o fluxo de caixa operacional. Um índice menor indica maior suavização de resultados.

$$\frac{\sigma(Lucro_{it})}{\sigma(FCO_{it}+FCI_{it})} \quad (8)$$

Em que *Lucro* é o Lucro antes do imposto de renda ou o Lucro Tributável, divididos pelo total de ativos; *i* é o indicador de empresa-ano; *t* é o indicador de período; FCO é o fluxo de caixa operacional; FCI é o fluxo de caixa de investimentos. Um índice menor indica maior suavização de resultados.

A amostra para os testes de suavização de resultados com Lucro antes do IR tem um total de 162 companhias: 45 da submostra do portfólio Ibovespa e 117 da submostra de companhias Não-Ibovespa. A amostra dos testes de suavização de resultados com Lucro Tributável no período de 2006-2007 tem um total de 76 companhias: 30 da subamostra do portfólio Ibovespa e 46 da amostra das companhias Não-Ibovespa. A amostra dos testes de suavização de resultados com Lucro Tributável no período de 2010-2011 tem um total de 101 companhias: 41 da amostra do portfólio Ibovespa e 60 da amostra de companhias Não-Ibovespa.

Foram calculadas as medidas de suavização de resultados para os períodos antes (2006-2007) e após (2008-2011) a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória e também para os períodos antes (2006-2009) e após (2010-2011) a adoção completa de IFRS.

Adicionalmente, foram testadas diferenças de medianas dos índices de suavização de resultados contábeis e tributáveis entre os períodos de 2006-2007 (anterior à quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória) e 2010-2011 (após a adoção completa de IFRS) usando o Teste de Soma das Ordens de Wilcoxon. O mesmo teste é feito para comparar os índices de suavização entre Lucros Contábeis e Tributáveis.

Os resultados relacionados à suavização de resultados são apresentados na Tabela 9.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados dos Testes de Validação das Medidas de Similaridade Contábil-Fiscal

A Tabela 1 mostra os resultados dos testes de validação das medidas de similaridade contábil-Fiscal. No Painel A, o R-quadrado das companhias brasileiras (0,441) é maior do que o das companhias australianas (0,019), o que denota uma maior força da similaridade contábil-fiscal das empresas brasileiras. O índice USCF das empresas brasileiras (11,6) é também mais alto do que o índice das companhias australianas (0,9).

Adicionalmente, foram calculados os índices USCF para cada companhia brasileira e australiana baseada na média do termo de erro de cada companhia. Esses índices USCF foram testados para diferença de medianas usando o Teste de Soma das Ordens de Wilcoxon e os resultados são apresentados no Painel B da Tabela 1, cujos resultados indicam que os índices USCF das empresas brasileiras são significativamente diferentes dos das empresas australianas.

Tabela 1

Painel A: Regressões de Lucro antes do Imposto de Renda (LC) sobre o Lucro Tributável (LT) e Diferenças Permanentes Relacionadas a Políticas Tributárias (DPT) de companhias brasileiras durante 2003-2007 e companhias australianas durante 2001-2005

$$LC_{it} = \theta_1 LT + \theta_2 DPT_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variável	Companhias Brasileiras		Companhias Australianas	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	-0,035 **	0,018	-0,161	0,117
LT	0,856 ***	0,000	1,939 ***	0,002
DPT	2,630 ***	0,000	0,799 *	0,060
n	250		250	
R-quadrado	0,441		0,019	
Statística F	50,116	0,000	5,056	0,007
USCF	11,628		0,927	

Painel B: Teste de diferença de medianas entre USCF de companhias brasileiras e australianas com Teste de Soma de Ordens de Wilcoxon

Hipótese Nula	As duas medianas são iguais
n1 e n2	50
w (soma de ordens)	3631
z	7,625
P(Z > 7,62456)	0,000

(1) Asteriscos *, **, e *** denotam significância estatística de duas caudas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Definição de Variáveis (todas as variáveis no ano t):

LC = Lucro Antes do Imposto de Renda, dividido pelo total do ativo;

LT = Lucro Tributável, dividido pelo total do ativo;

DPT = Diferença permanente entre lucro contábil e tributável relacionado a políticas tributárias, dividido pelo total do ativo.

USCF = Uniformidade da Similaridade Contábil-fiscal, medido pelo inverso da raiz quadrada da média dos quadrados dos erros.

Esses resultados sugerem que as medidas de força e uniformidade de similaridade contábil-fiscal são válidas por serem consistentes com as previsões. Entretanto, considera-se que essas medidas são capazes de serem usadas como parâmetros de comparação entre grupos, mas não para se estabelecer um ponto de corte no sentido de se separar grupos de companhias com similaridade e não similaridade entre lucro contábil e tributável.

Resultados para Similaridade Contábil-Fiscal

A Tabela 2 mostra que os resultados de similaridade contábil-fiscal da amostra das companhias brasileiras, assim como os resultados das subamostras de Ibovespa e

Não-Ibovespa. Os Painéis A e B revelam que a amostra de Todas as Companhias exibe uma ligeira queda nos valores de R-quadrado e USCF nos períodos pré e pós-quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória. Os Painéis C e D também revelam uma ligeira queda no valor de R-quadrado, mas um ligeiro aumento no valor de USCF após a completa adoção de IFRS.

Tabela 2

Painel A: Regressões do Lucro antes do Imposto de Renda (LC) e Lucro Tributável (LT) e Diferenças Permanentes relacionadas a políticas tributárias (DPT) de companhias brasileiras durante 2006-2007

$$LC_{it} = \theta_1 LT + \theta_2 DPT_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variável	Subamostra Ibovespa		Subamostra Não-Ibovespa		Amostra Todas Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	-0,005	0,477	-0,029 ***	0,001	-0,019 ***	0,002
LT	0,865 ***	0,000	1,093 ***	0,000	0,975 ***	0,000
DPT	2,060 ***	0,000	1,542 ***	0,000	1,835 ***	0,000
n	68		140		208	
R-quadrado	0,933		0,759		0,806	
Estatística F	450,8	0,000	219,7	0,000	427,1	0,000
USCF	33,1		17,1		19,1	

Painel B: Regressões do Lucro antes do Imposto de Renda (LC) e Lucro Tributável (LT) e Diferenças Permanentes relacionadas a políticas tributárias (DPT) de companhias brasileiras durante 2008-2011

Variável	Subamostra Ibovespa		Subamostra Não-Ibovespa		Amostra Todas Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	-0,024 ***	0,001	-0,031 ***	0,000	-0,029 ***	0,000
LT	0,963 ***	0,000	0,954 ***	0,000	0,962 ***	0,000
DPT	2,867 ***	0,000	3,168 ***	0,000	3,064 ***	0,000
n	136		280		416	
R-quadrado	0,920		0,565		0,777	
Estatística F	762,5	0,000	182,4	0,000	717,7	0,000
USCF	21,7		16,1		17,4	

(Continua na próxima página)

Tabela 2 (continuação)

Painel C: Regressões do Lucro antes do Imposto de Renda (LC) e Lucro Tributável (LT) e Diferenças Permanentes relacionadas a políticas tributárias (DPT) de companhias brasileiras durante 2006-2009

Variável	Subamostra Ibovespa			Subamostra Não-Ibovespa			Amostra Todas Companhias		
	Coeficiente	Valor-P		Coeficiente	Valor-P		Coeficiente	Valor-P	
Intercepto	-0,024 ***	0,000		-0,032 ***	0,000		-0,028 ***	0,000	
LT	0,925 ***	0,000		0,983 ***	0,000		0,948 ***	0,000	
DPT	2,841 ***	0,000		2,502 ***	0,000		2,602 ***	0,000	
n	136			280			416		
R-quadrado	0,922			0,670			0,793		
Estatística F	780,8	0,000		284,1	0,000		789,2	0,000	
USCF	23,4			15,9			17,5		

Painel D: Regressões do Lucro antes do Imposto de Renda (LC) e Lucro Tributável (LT) e Diferenças Permanentes relacionadas a políticas tributárias (DPT) de companhias brasileiras durante 2010-2011

Variável	Subamostra Ibovespa			Subamostra Não-Ibovespa			Amostra Todas Companhias		
	Coeficiente	Valor-P		Coeficiente	Valor-P		Coeficiente	Valor-P	
Intercepto	-0,007	0,446		-0,029 ***	0,003		-0,020 ***	0,003	
LT	0,983 ***	0,000		1,055 ***	0,000		0,998 ***	0,000	
DPT	1,980 ***	0,000		3,126 ***	0,000		2,802 ***	0,000	
n	68			140			208		
R-quadrado	0,923			0,583			0,767		
Estatística F	389,3	0,000		98,3	0,000		338,0	0,000	
USCF	25,6			17,3			18,9		

(1) Asteriscos *, **, e *** denotam significância estatística de duas caudas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Definição de Variáveis (todas as variáveis no ano t):

LC = Lucro Antes do Imposto de Renda, dividido pelo total do ativo;

LT = Lucro Tributável, dividido pelo total do ativo;

DPT = Diferença permanente entre lucro contábil e tributável relacionado a políticas tributárias, dividido pelo total do ativo.

USCF = Uniformidade da Similaridade Contábil-fiscal, medido pelo inverso da raiz quadrada da média dos quadrados dos erros.

Subamostra Ibovespa corresponde à subamostra de companhias do portfólio do índice Ibovespa. Subamostra Não-Ibovespa corresponde à subamostra das demais companhias.

A subamostra de companhias Não-Ibovespa apresenta alto, mas decrescente, valor de R-quadrado e USCF após a quebra da conformidade contábil-fiscal (Painéis A e B) e após a adoção completa de IFRS (Painéis C e D).

A subamostra das companhias Ibovespa também apresentam altos níveis de R-quadrado e USCF em todos os períodos testados. Essas companhias apresentam valores decrescentes de R-quadrado e USCF após a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória, mas um ligeiro aumento após a adoção completa de IFRS. As companhias

surpreendentemente apresentam R-quadrado e USCF maiores do que as das companhias Não-Ibovespa em todos os períodos testados. Este último resultado denota que as medidas de similaridade contábil-fiscal auxiliam, mas não são suficientes para caracterizar a influência da tributação sobre a divulgação financeira porque essas medidas podem estar enviesadas pela influência de outras características informacionais.

No geral, encontraram-se resultados que sugerem que existe uma influência remanescente da tributação sobre a contabilidade financeira após a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória e após a adoção de IFRS.

Resultados para Não Similaridade Contábil-Fiscal

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas da variável de Não Similaridade Contábil-Fiscal (NSCF). Ela revela que as médias e medianas de NSCF mudam de valores negativos para positivos entre os períodos de 2006-2007 e 2010-2011, o que denota um maior reconhecimento de resultados líquidos positivos.

Tabela 3

Estatística Descritiva para NSCF

Amostras/Subamostras	Período	n	Média	Desv.Pad.	Mediana
Ibovespa	2006-2007	68	-0,002	0,036	-0,005
Ibovespa	2010-2011	68	0,006	0,041	0,001
Não-Ibovespa	2006-2007	140	-0,012	0,060	-0,011
Não-Ibovespa	2010-2011	140	0,007	0,063	0,007
Todas Companhias	2006-2007	208	-0,009	0,053	-0,007
Todas Companhias	2010-2011	208	0,007	0,056	0,007

Definições:

NSCF = Não-Similaridade Contábil-Fiscal: Lucro antes do IR - (Lucro Tributável + DPT), dividido pelo total do ativo.

DPT = Diferença permanente entre lucro contábil e tributável relacionado a políticas tributárias.

Ibovespa = subamostra das companhias do portfólio do índice Ibovespa.

Não-Ibovespa = subamostra das companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa.

Todas Companhias = amostra das companhias abertas no Brasil.

A Tabela 4 apresenta a comparação da variável NSCF ao longo do tempo e entre companhias Ibovespa e Não-Ibovespa. O Painel A da Tabela 4 mostra que as medianas de NSCF de Todas as Companhias entre o primeiro e o segundo período são significativamente diferentes, apesar de as variâncias não serem (Painel C da Tabela 4). O Painel A também mostra que as companhias Não-Ibovespa apresentam diferença significativa entre os períodos de 2006-2007 e 2010-2011. As companhias Ibovespa também apresentam diferença significativa (a 10% de significância) no mesmo período. Esses resultados sugerem que os eventos de adoção de IFRS e a quebra da conformidade contábil-fiscal foram importantes para o crescimento dessa diferença. O Painel B da Tabela 4 revela que a variável NSCF não é significativamente diferente entre as companhias Ibovespa e Não-Ibovespa em 2010-2011. Isso era diferente em 2006-2007, quando as companhias Ibovespa estavam apresentando NSCF maior do que as Não-Ibovespa, sugerindo práticas contábeis diferentes. Isso é consistente com a noção de que as companhias Ibovespa já estavam seguindo melhores práticas contábeis antes da quebra da conformidade contábil-fiscal. As variâncias são diferentes, de acordo com os resultados apresentados no Painel D da Tabela 4.

Tabela 4**Painel A: Teste de diferença de medianas da variável NSCF entre 2006-2007 e 2010-2011¹**

	<u>Ibovespa</u>	<u>Não-Ibovespa</u>	<u>Todas Companhias</u>
n1	68	140	208
n2	68	140	208
w (Soma de Ordens)	4330	16674	37865
z	-1,428	-4,422	-4,488
P(Z < z)	0,077 *	0,000 ***	0,000 ***

Painel B: Teste de diferença de Medianas de NSCF entre companhias Ibovespa e Não-Ibovespa¹

	<u>2006-2007</u>	<u>2010-2011</u>
n1	68	68
n2	140	140
w (Soma de Ordens)	7736	6704
z	1,547	-0,987
P(Z >/< z)	0,061 *	0,162

Painel C: Teste para diferença de Variâncias de NSCF entre 2006-2007 e 2010-2011²

	<u>Ibovespa</u>	<u>Não-Ibovespa</u>	<u>Todas Companhias</u>
n1	68	140	208
n2	68	140	208
Estatística F	1,287	1,100	1,120
Valor-P duas caudas	0,304	0,574	0,415

Painel D: Teste para diferença de Variâncias de BTNS entre companhias Ibovespa e Não-Ibovespa²

	<u>2006-2007</u>	<u>2010-2011</u>
n1	68	68
n2	140	140
Estatística F	2,798	2,392
Valor-P duas caudas	0,000 ***	0,000 ***

¹ Usando Teste de Soma de Ordens de Wilcoxon com a hipótese nula de que as duas medianas são iguais.

² Usando Teste F com a hipótese nula de que as variâncias da população são iguais.

Definições:

NSCF = Não-Similaridade Contábil-Fiscal: Lucro antes do IR - (Lucro Tributável + DPT), dividido pelo total do DPT = Diferença permanente entre lucro contábil e tributável relacionado a políticas tributárias.

Ibovespa = subamostra das companhias do portfólio do índice Ibovespa.

Não-Ibovespa = subamostra das companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa.

Todas Companhias = amostra das companhias abertas no Brasil.

A Tabela 5 apresenta os resultados da regressão de NSCF como variável dependente, e mostra que a adoção de IFRS não foi um evento significativo para explicar a medida de Não Similaridade Contábil-Fiscal das companhias Ibovespa, mas foi para as companhias Não-Ibovespa.

Tabela 5

Regressões de NSCF para Subamostras de companhias Ibovespa e Não-Ibovespa

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa	
	Coeficiente	Valor-P	Coeficiente	Valor-P
Intercepto	-0,090 *	0,069	-0,150 *	0,082
IFRS	-0,001	0,927	-0,033 ***	0,000
LC.IFRS	0,088	0,162	0,543 ***	0,000
Tam	0,004 *	0,081	0,007 *	0,092
n	204		420	
R-quadrado	0,02		0,216	
Estatística-F	2,0	0,117	22,3 ***	0,000

Definições:

NSCF = Não-Similaridade Contábil-Fiscal: Lucro antes do IR - (Lucro Tributável + DPT), dividido pelo total do ativo.

DPT = Diferença permanente entre lucro contábil e tributável relacionado a políticas tributárias

IFRS = Variável binária que é igual a 1 para observações no período após a adoção completa de IFRS (2010-2011)

LC = Lucro Contábil antes do IR

Tam = Tamanho da companhia medida pelo total de ativos

Ibovespa = subamostra das companhias do portfólio do índice Ibovespa

Não-Ibovespa = subamostra das companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa

Os resultados relacionados à NSCF sugerem que as companhias Ibovespa e Não-Ibovespa apresentam diferentes padrões de evolução nesse período. A quebra da conformidade contábil-fiscal e a adoção de IFRS parecem ser mais relevantes para as companhias Não-Ibovespa em termos de aumento da NSCF, sugerindo que as companhias Ibovespa já tinham adotado melhores práticas contábeis antes de 2007 e que a adoção de IFRS causou uma mudança significativa nas práticas contábeis para fins de divulgação nas companhias Não-Ibovespa.

Resultados para *Value Relevance*

A Tabela 6 apresenta os resultados da avaliação de *value relevance* antes e após a quebra da conformidade contábil-fiscal e a adoção de IFRS. As companhias Ibovespa apresentam um Coeficiente de Resposta ao Lucro positivo e significativo no período após a adoção completa de IFRS (Painel D) e mesmo após a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória e de adoção parcial de IFRS (Painel B).

Esses resultados sugerem que esses dois eventos foram relevantes para a melhoria da qualidade da informação das companhias que estão sob maior pressão do mercado acionário.

Como foi predito, encontrou-se que as companhias Não-Ibovespa não apresentam resultados significativos para *value relevance* em qualquer período testado. Isso fez com que Todas as Companhias também apresentassem resultados não significantes de *value relevance* após a adoção de IFRS, exceto um interessante resultado no período 2006-2007: o coeficiente é significativo a 10%, mas com sinal negativo.

Esses resultados são compatíveis com os encontrados por Hanlon, Maydew e Shevlin (2008), que observaram um declínio no coeficiente de resposta do lucro em um conjunto de empresas que foram exigidas a mudarem para o regime de competência para fins de tributação, aumentando a conformidade contábil-fiscal.

Tabela 6

Painel A: Regressões para *Value Relevance* das companhias brasileiras durante o período de 2006-2007

$$\text{Ret}_{it} = \alpha + \beta(\text{LC}_{it}) + \varepsilon_{it}$$

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,357 ***	0,000	1,112 ***	0,000	0,921 ***	0,000
LC	-0,103	0,843	-0,183	0,140	-0,206 *	0,056
n	86		256		342	
R-quadrado	-0,011		0,005		0,008	
Estatística F	0,0	0,843	2,2	0,140	3,7 *	0,056

Painel B: Regressões para *Value Relevance* das companhias brasileiras durante o período de 2008-2011

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,036	0,557	0,146 ***	0,000	0,143 ***	0,000
LC	1,129 **	0,014	0,003	0,836	0,003	0,803
n	172		512		684	
R-quadrado	0,029		-0,002		-0,001	
Estatística F	6,2 **	0,014	0,0	0,836	0,1	0,803

Painel C: Regressões para *Value Relevance* das companhias brasileiras durante o período de 2006-2009

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,254 ***	0,000	0,659 ***	0,000	0,568 ***	0,000
LC	0,538	0,279	-0,017	0,632	-0,021	0,500
n	172		512		684	
R-quadrado	0,001		-0,002		-0,001	
Estatística F	1,2	0,279	0,2	0,632	0,5	0,500

Painel C: Regressões para *Value Relevance* das companhias brasileiras durante o período de 2010-2011

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	-0,126 **	0,012	0,118 ***	0,003	0,089 ***	0,004
LC	1,511 ***	0,000	0,073	0,237	0,073	0,190
n	86		256		342	
R-quadrado	0,162		0,002		0,002	
Estatística F	17,4 ***	0,000	1,4	0,237	1,7	0,190

(1) Asteriscos *, **, e *** denotam significância estatística de duas caudas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Definições:

Ret = Retorno do preço das ações

LC = Lucro Antes do Imposto de Renda, dividido pelo total do ativo

Ibovespa = subamostra das companhias do portfólio do índice Ibovespa.

Não-Ibovespa = subamostra das companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa.

Todas Companhias = amostra das companhias abertas no Brasil.

Resultados para Persistência de Resultados

A Tabela 7 apresenta os resultados da avaliação de persistência dos lucros contábeis. Todas as regressões apresentam-se estatisticamente significativas.

Como previsto, as companhias Ibovespa apresentam um coeficiente maior para o lucro contábil após a adoção completa de IFRS (Painel A). Os Painéis A e B indicam que as companhias Ibovespa apresentam um maior nível de persistência de resultados do que as companhias Não-Ibovespa após a adoção de IFRS. As companhias Não-Ibovespa apresentam uma medida decrescente de persistência de resultados. Esses resultados estão compatíveis com os obtidos por Atwood, Drake e Myers (2010), que encontraram que a persistência de um ano à frente decresce conforme a conformidade contábil-fiscal aumenta, em um estudo envolvendo 33 países.

Esses resultados sugerem que as companhias brasileiras estavam apresentando um dado nível de persistência de resultados no período anterior à quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória, como esperado, mas este evento e a adoção de IFRS provavelmente mudaram esse nível, principalmente para as companhias Não-Ibovespa.

As companhias Ibovespa, *proxy* para alta pressão de investidores, mantêm quase o mesmo nível de persistência de resultados mesmo após esses dois eventos, provavelmente em função da qualidade das normas e práticas contábeis anteriores.

A redução no nível de persistência do lucro contábil das companhias Não-Ibovespa pode estar relacionada ao processo de adaptação à adoção de IFRS e aos consequentes ajustes nos resultados mesmo após o período de 2008-2009 de adoção parcial de IFRS.

Tabela 7

Painel A: Regressões de Persistência do Lucro Contábil para a Subamostra de companhias Ibovespa

$$LC_{t+1} = \beta_1 LC_t + \varepsilon_{it}$$

Variável	2006-2007		2008-2011		2006-2009		2010-2011	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,020 ***	0,004	0,017 ***	0,003	0,020 ***	0,001	0,014 **	0,033
LC	0,708 ***	0,000	0,610 ***	0,000	0,626 ***	0,000	0,716 ***	0,000
n	118		236		236		118	
R-quadrado	0,543		0,337		0,374		0,484	
Estatística F	140,0 ***	0,000	120,3 ***	0,000	141,4 ***	0,000	110,6 ***	0,000

Painel B: Regressões de Persistência do Lucro Contábil para a Subamostra de companhias Não-Ibovespa

Variável	2006-2007		2008-2011		2006-2009		2010-2011	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	-0,036 *	0,062	-0,003	0,780	-0,011	0,493	-0,002	0,870
LC	1,822 ***	0,000	0,303 ***	0,000	0,517 ***	0,000	0,457 ***	0,000
n	390		780		780		390	
R-quadrado	0,673		0,233		0,261		0,222	
Estatística F	802,0 ***	0,000	238,1 ***	0,000	276,0 ***	0,000	112,3 ***	0,000

Painel C: Regressões de Persistência do Lucro Contábil para a amostra de todas as companhias

Variável	2006-2007		2008-2011		2006-2009		2010-2011	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	-0,043 ***	0,004	0,006	0,461	-0,002	0,852	0,005	0,605
LC	1,791 ***	0,000	0,308 ***	0,000	0,521 ***	0,000	0,466 ***	0,000
n	508		1016		1016		508	
R-quadrado	0,668		0,237		0,265		0,231	
Estatística F	1023,0 ***	0,000	316,3 ***	0,000	367,0 ***	0,000	153,2 ***	0,000

(1) Asteriscos *, **, e *** denotam significância estatística de duas caudas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Definições:

LC = Lucro Antes do Imposto de Renda, dividido pelo total do ativo

Ibovespa = subamostra das companhias do portfólio do índice Ibovespa.

Não-Ibovespa = subamostra das companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa.

Todas Companhias = amostra das companhias abertas no Brasil.

Resultados para Conservadorismo Condicional

A Tabela 8 exibe os resultados da avaliação de conservadorismo condicional. Ela revela que a amostra de Todas as Companhias não apresentam resultados estatisticamente significantes relacionados a Conservadorismo Condicional.

As companhias Não-Ibovespa não apresentam resultados significativos em qualquer uma das regressões de Conservadorismo Condicional.

Em contraste, as companhias Ibovespa apresentam significância pra as regressões dos períodos após a quebra da conformidade contábil-fiscal (Painel B) e antes e após a adoção de IFRS (Painéis C e D). O coeficiente de $Dret*Ret$ é apenas significativo após a quebra da conformidade contábil fiscal e antes da adoção de IFRS, quando as amostras são maiores. O R-quadrado da regressão do período após a adoção de IFRS é o maior. O conjunto de resultados sugere que as companhias brasileiras com maior pressão do mercado acionário exibem conservadorismo condicional no lucro contábil. A associação entre os resultados obtidos de conservadorismo condicional e persistência sugerem elevada qualidade informacional, conforme indicam Dechow, Ge e Schrand (2010).

Tabela 8

Painel A: Regressões para Conservadorismo Condicional do Lucro Contábil de companhias brasileiras durante 2006-2007

$$LC_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 DRet_{it} + \beta_0 Ret_{it} + \beta_1 DRet_{it} * Ret_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas as Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,123 ***	0,000	-0,269	0,394	-0,074	0,672
DRet	-0,010	0,837	0,205	0,866	0,091	0,891
Ret	-0,034	0,284	-0,093	0,190	-0,105 **	0,044
DRet*Ret	0,433	0,160	-0,243	0,966	0,069	0,9844
n	54		72		126	
R-quadrado	0,024		-0,014		0,011	
Estatística F	1,4	0,246	0,7	0,568	1,5	0,229

Painel B: Regressões para Conservadorismo Condicional do Lucro Contábil de companhias brasileiras durante 2008-2011

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas as Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,126 ***	0,000	-0,250	0,743	-0,073	0,873
DRet	-0,024	0,461	1,188	0,338	0,681	0,351
Ret	-0,002	0,920	-0,801	0,347	-0,438	0,382
DRet*Ret	0,134 *	0,056	6,095 **	0,028	3,625 **	0,0248
n	108		144		252	
R-quadrado	0,090		0,014		0,008	
Estatística F	4,5 ***	0,005	1,7	0,175	1,7	0,165

Painel C: Regressões para Conservadorismo Condicional do Lucro Contábil de companhias brasileiras durante 2006-2009

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas as Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,115 ***	0,000	-0,657	0,262	-0,272	0,411
DRet	0,016	0,621	1,838	0,182	1,051	0,197
Ret	-0,014	0,475	-0,085	0,589	-0,107	0,363
DRet*Ret	0,181 **	0,014	1,838 **	0,038	4,019 **	0,030
n	108		144		252	
R-quadrado	0,052		0,011		0,010	
Estatística F	2,9 **	0,037	1,5	0,209	1,8	0,146

Painel D: Regressões para Conservadorismo Condicional do Lucro Contábil de companhias brasileiras durante 2010-2011

Variável	Ibovespa		Não-Ibovespa		Todas as Companhias	
	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P	Coefficiente	Valor-P
Intercepto	0,118 ***	0,000	-0,002	0,989	0,041	0,612
DRet	-0,039	0,327	-0,001	0,996	-0,003	0,981
Ret	0,083 *	0,083	0,014	0,965	0,066	0,695
DRet*Ret	0,051	0,664	0,735	0,290	0,435	0,2652
n	54		72		126	
R-quadrado	0,222		0,001		0,015	
Estatística F	6,0 ***	0,001	1,0	0,386	1,6	0,186

(1) Asteriscos *, **, e *** denotam significância estatística de duas caudas a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Definições:

LC = Lucro Antes do Imposto de Renda, dividido pelo total do ativo

Ret = Retorno do preço das ações

DRet = variável binária que é igual a 1 para observações com Ret < 0

Ibovespa = subamostra das companhias do portfólio do índice Ibovespa.

Não-Ibovespa = subamostra das companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa.

Todas Companhias = amostra das companhias abertas no Brasil.

Esses resultados reforçam a evidência de que a tributação ainda influencia o cômputo do lucro contábil das companhias com menor pressão de investidores, já que o conservadorismo condicional não é esperado como uma característica do lucro tributável.

Resultados para Suavização de Resultados

A Tabela 9 mostra os resultados a respeito da avaliação de suavização de resultados, em que um índice baixo indica maior suavização de resultados. O Painel A revela que a amostra de Todas as Companhias apresenta um ligeiro aumento da suavização do lucro contábil após a adoção de IFRS (2010-2011), comparado com o período anterior à quebra da conformidade contábil-fiscal (2006-2007). Entretanto, quando essa amostra é separada em dois grupos, os resultados revelam que eles possuem diferentes resultados.

As companhias Ibovespa apresentam um grande aumento no nível de suavização do lucro contábil. Isso é significativamente diferente entre os períodos de 2006-2007 e 2010-2011, de acordo com os resultados do Painel C. O Painel B revela que a suavização do lucro tributável também aumentou, também com uma significativa diferença (Painel C). Esses resultados sugerem práticas de gerenciamento de resultados e planejamento tributário. A suavização de resultados contábeis e tributáveis pode ter influenciado os resultados dos testes de similaridade contábil-fiscal.

As empresas Não-Ibovespa apresentam um decréscimo na suavização dos resultados contábeis, mas um acréscimo na suavização dos resultados tributáveis entre os períodos de 2006-2007 e 2010-2011 (Painéis A e B), não estatisticamente significantes (Painel C).

Tabela 9

Painel A: Suavização de Resultados Contábeis para as amostras de companhias brasileiras¹

Amostra	2006-2007		2008-2011		2006-2009		2010-2011	
	FCO	FCO+FCI	FCO	FCO+FCI	FCO	FCO+FCI	FCO	FCO+FCI
Ibovespa	0,873	0,523	0,974	0,720	0,842	0,486	0,555	0,340
Não-Ibovespa	0,511	0,453	0,903	0,691	0,752	0,526	0,614	0,403
Todas Companhias	0,629	0,483	0,935	0,700	0,781	0,515	0,588	0,387

Painel B: Suavização de Resultados Tributáveis para amostras de companhias brasileiras¹

Amostra	2006-2007		2008-2011		2006-2009		2010-2011	
	FCO	FCO+FCI	FCO	FCO+FCI	FCO	FCO+FCI	FCO	FCO+FCI
Ibovespa	0,830	0,766	0,545	0,386	0,604	0,375	0,255	0,210
Não-Ibovespa	0,354	0,211	0,457	0,298	0,433	0,305	0,265	0,138
Todas Companhias	0,436	0,366	0,481	0,331	0,465	0,308	0,255	0,158

Painel C: Teste de diferença de medianas dos índices de Suavização de Resultados de companhias brasileiras entre os períodos de 2006-2007 e 2010-2011²

Amostra	Lucro Contábil				Lucro Tributável			
	n1	n2	z Stat	P (Z >/< z)	n1	n2	z Stat	P (Z >/< z)
Ibovespa	45	45	1,852	0,032	30	41	1,420	0,078
Não-Ibovespa	117	117	-0,665	0,253	46	60	1,001	0,158
Todas Companhias	162	162	0,311	0,378	87	99	2,401	0,008

Painel D: Teste para diferença de medianas dos índices de Suavização de Resultados entre companhias Ibovespa e Não-Ibovespa²

	Lucro Contábil		Lucro Tributável	
	2006-2007	2010-2011	2006-2007	2010-2011
n1	45	45	30	41
n2	117	117	46	60
w (soma de ordens)	4160	3513	1305	2207
z	1,840	-0,580	1,589	0,799
P(Z >/< z)	0,033	0,281	0,056	0,212

(1) Suavização de Resultados é o índice da mediana do desvio padrão do lucro dividido pelo fluxo de caixa operacional (e de investimentos). Um baixo índice indica maior suavização de resultados.

(2) Usando o Teste de Soma de Ordens de Wilcoxon, cuja hipótese nula é de que as duas medianas são iguais.

Definições:

Lucro Contábil = Lucro Antes do Imposto de Renda, dividido pelo total do ativo;

Lucro Tributável = Lucro Tributável, dividido pelo total do ativo;

FCO = Fluxo de Caixa Operacional

FCI = Fluxo de Caixa de Investimento

Ibovespa = subamostra das companhias do portfólio do índice Ibovespa.

Não-Ibovespa = subamostra das companhias que não pertencem ao portfólio do índice Ibovespa.

Todas Companhias = amostra das companhias abertas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho examina os níveis de medidas de similaridade e não similaridade entre o lucro contábil e tributável e de qualidade de informação no sentido de se investigar a influência da tributação sobre a divulgação financeira sob as normas IFRS com prévia conformidade contábil-fiscal mandatória. O caso do Brasil é examinado, que adotou IFRS em 2010 com prévia conformidade contábil-fiscal mandatória. Foram examinados os níveis de similaridade e não similaridade contábil-fiscal, assim como foram selecionadas e testadas medidas de qualidade de resultados que pudessem ser capazes de distinguir os lucros contábeis e tributáveis em suas características: *value relevance*, conservadorismo condicional, persistência, e suavização de resultados. As companhias brasileiras foram separadas em duas subamostras com diferentes níveis de pressão do mercado acionário e seus dados foram testados em referência a dois momentos relevantes: a quebra da conformidade contábil-fiscal mandatória (ao final de 2007) e a adoção completa de IFRS (em 2010).

Em geral, os resultados são consistentes com as previsões. As companhias com menor pressão do mercado acionário por qualidade de informação não exibem melhorias na qualidade da informação para divulgação financeira como é usualmente esperado em função da adoção de IFRS pelo mundo. Seu lucro contábil apresenta um alto nível de similaridade contábil-fiscal com o lucro tributável e o lucro antes do IR não se apresenta *value relevant*, assim como não apresentam conservadorismo condicional estatisticamente significativo. Os indicadores de persistência e suavização de resultados reduziram. Como o decréscimo dos índices de Suavização de Resultados não estão associados com um aumento de persistência, descarta-se que isso possa ser resultado de melhorias na informação contábil. Entretanto, os resultados significantes para Não Similaridade Contábil-Fiscal relacionados à adoção de IFRS podem indicar que se trata de um processo de adaptação.

Por outro lado, companhias com alta pressão do mercado de ações exibem resultados que são consistentes com as melhorias esperadas relacionadas à adoção de IFRS: lucro contábil *value relevant*, apresentando conservadorismo condicional, maiores níveis de persistência e suavização de resultados; mesmo assim, um nível de similaridade contábil-fiscal permanece.

Esses resultados sugerem uma dependência de trajetória da contabilidade financeira em relação aos aspectos tributários em parte das empresas brasileiras, mesmo após a quebra da conformidade contábil-fiscal e a adoção de IFRS no Brasil. As mudanças observadas no grupo de empresas com menor pressão do mercado acionário não foram suficientes para trazer informação contábil de elevada qualidade nos períodos subsequentes à adoção de IFRS de maneira significativa. O conjunto de medidas de qualidade de informação que foi selecionado em função de sua capacidade de distinção do lucro contábil para o lucro tributável não indicam melhorias significativas, o que sugere que as escolhas contábeis continuam similares às praticadas anteriormente, com importante influência tributária. Isso é uma indicação de que em um país com conformidade contábil-fiscal mandatório prévio, as empresas com menor pressão do mercado acionário podem apresentar similaridade contábil-fiscal e menor qualidade de informação do que companhias com maior pressão do mercado no período subsequente à adoção de IFRS.

Este trabalho contribui com a literatura sobre adoção de IFRS e suas consequências por meio do exame do legado da conformidade contábil-fiscal mandatória e pela evidência de que dois ou mais grupos de companhias em um mesmo país podem apresentar diferentes reações à adoção de um conjunto de normas contábeis de alta qualidade. Este trabalho também contribui com a literatura a respeito de conformidade contábil-fiscal por meio do uso das medidas de similaridade e não similaridade contábil-fiscal e pelas evidências relacionadas à qualidade de informação em uma situação de conformidade contábil-fiscal mandatória.

Sugere-se que trabalhos futuros sigam na linha de se desenvolver medidas para se avaliar as características da informação da contabilidade tributária. Sugere-se também que se avance na avaliação de medidas adicionais de qualidade de informação que possam distinguir a contabilidade financeira para tomada de decisões dos investidores da contabilidade financeira com foco na tributação. Destaca-se ainda a necessidade de se aprofundar nos estudos a respeito de suavização de resultados.

REFERÊNCIAS

- ATWOOD, T. J., DRAKE, M. S., MYERS, L. Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 111-125, 2010.
- BALL, R., SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39, 83-128, 2005.
- BALL, R., KOTHARI, S. P., ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29, 1-51, 2000.
- BARTH, M. E., LANDSMAN, W. R., LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46 (3), 467-498, 2008.
- BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 24, pp. 3-37, 1997.
- DECHOW, P., GE, W., SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 344-401, 2010.
- FRANCIS, J., LAFOND, R., OLSSON, P., SCHIPPER, K. The market pricing of accruals quality. *Journal of Accounting and Economics*, 39, 295-327, 2005.
- GAIO, C. The Relative Importance of Firm and Country Characteristics for Earnings Quality around the World. *European Accounting Review*, 19 (4), 693-738, 2010.
- GEE, M., HALLER, A., NOBES, C. The influence of tax on IFRS consolidated statements: the convergence of Germany and the UK. *Accounting in Europe*, 7 (1), 97-122, 2010.
- GUENTHER, D. A., YOUNG, D. The association between financial accounting measures and real economic activity: a multinational study. *Journal of Accounting and Economics*, 29, 53-72, 2000.
- HANLON, M. The persistence and pricing of earnings, accruals, and cash flows when firms have large book-tax differences. *The Accounting Review*, 80 (1), 137-166, 2005.
- HANLON, M., HEITZMAN, S. A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 127-178, 2010.
- HANLON, M., MAYDEW, E. L. Book-Tax Conformity: Implications for Multinational Firms. *National Tax Journal*, LXII (1), 127-153, 2009.
- HANLON, M., LAPLANTE, S. K., SHEVLIN, T. Evidence for the possible information loss of conforming book income and taxable income. *Journal of Law and Economics*, XLVIII, 407-442, 2005.

- HANLON, M., MAYDEW, E. L., SHEVLIN, T. An unintended consequence of book-tax conformity: A loss of earnings informativeness. *Journal of Accounting and Economics*, 46, 294-311, 2008.
- IATRIDIS, G. International financial reporting standards and the quality of financial statement information. *International Review of Financial Analysis*, 19, 193-204, 2010.
- KASABOV, E. Success of path dependence through perpetuation of failure during reform. *Economic Issues*, 15 (1), 55-81, 2010.
- KASERER, C., KLINGLER, C. The accrual anomaly under different accounting standards - lessons learned from the German experiment. *Journal of Business Finance & Accounting*, 35 (7&8), 837-859, 2008.
- KLASSEN, K. J. The impact of inside ownership concentration on the trade-off between financial and tax reporting. *The Accounting Review*, v. 72 (n. 3), pp. 455-474, 1997.
- KVAAL, E., NOBES, C. International differences in IFRS policy choice: a research note. *Accounting and Business Research*, 40 (2), 173-187, 2010.
- LANDSMAN, W. R., MAYDEW, E. L., THORNOCK, J. R. The information content of annual earnings announcements and mandatory adoption of IFRS. *Journal of Accounting and Economics*, 53, 34-54, 2012.
- LEUZ, C., NANDA, D., WYSOCKI, P. D. Earnings management and investor protection: an international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69, 505-527, 2003.
- LIEBOWITZ, S. J., MARGOLIS, S. E. Path dependence, lock-in, and history. *Journal of Law, Economics, & Organization*, 11, 205-226, 1995.
- LIU, C., YAO, L. J., HU, N., LIU, L. The Impact of IFRS on Accounting Quality in a Regulated Market: An Empirical Study of China. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 26 (4), 659-676, 2011.
- LOPES, A. B., WALKER, M. Asset revaluations, future firm performance and firm-level corporate governance arrangements: New evidence from Brazil. *The British Accounting Review*, 26, pp. 53-67, 2012.
- PAGE, S. E. An essay on the existence and causes of path dependence. *Quarterly Journal of Political Science*, 1, 87-115, 2006.
- QIANG, X. The effects of contracting, litigation, regulation, and tax costs on conditional and unconditional conservatism: cross-sectional evidence at the firm level. *The Accounting Review*, 82 (3), 759-796, 2007.
- SCHOLES, M. S., WOLFSON, M. A., ERICKSON, M. MAYDEW, E. L., SHEVLIN, T. *Taxes and business strategy: a planning approach*. (2. ed. ed.). Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 2002.

SHACKELFORD, D., SLEMROD, J., SALLEE, J. Financial reporting, tax, and real decisions: toward a unifying framework. *International Tax and Public Finance* , 18 (4), 461-494, 2011.

SODERSTROM, N. S., SUN, K. J. IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review. *European Accounting Review* , 16 (4), 675-702, 2007.

STREET, D. L., GRAY, S. J. Factors influencing the extent of corporate compliance with international accounting standards: summary of a research monograph. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation* , 11, 51-76, 2002.

TAN, H., WANG, S., WELKER, M. Analyst Following and Forecast Accuracy After Mandated IFRS Adoptions. *Journal of Accounting Research* , 49 (5), 1307-1357, 2011.

VAN TENDELOO, B., VANSTRAELEN, A. Earnings management under German GAAP versus IFRS. *European Accounting Review* , 14 (1), 155-180, 2005.

ZÉGHAL, D., CHTOUROU, S., SELLAMI, Y. M. An analysis of the effect of mandatory adoption of IAS/IFRS on earnings management. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* , 20, 61-72, 2011.

ZENG, T. Ownership Concentration, State Ownership, and Effective Tax Rates: Evidence from China's Listed Firms. *Accounting Perspectives* , 9 (4), 271-289, 2011.